



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE AUDITORIA
TERCEIRA DIVISÃO DE AUDITORIA

AUDITORIA INTEGRADA – 1º MONITORAMENTO

Qualidade do processo de contratação e fiscalização de obras executadas indiretamente pela Novacap.

Processo nº 32.160/2016-e



Fonte: Arquivo Público do DF / Autor: sem identificação / Digitalização: Augusto Areal

Brasília 2016



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE AUDITORIA
TERCEIRA DIVISÃO DE AUDITORIA

Resumo Executivo

Trata-se do primeiro monitoramento da Auditoria Integrada realizada no âmbito do Processo nº 1.429/2013, cujo objeto foi a verificação da qualidade do processo de contratação e fiscalização de obras executadas indiretamente pela Novacap.

Na ocasião da auditoria realizada em 2013, foram avaliados aspectos de planejamento e fiscalização de obras concluídas no período de **2011 a 2012**, resultando nos seguintes achados: **Projeto Básico Deficiente** e **Ineficácia da Fiscalização**, merecendo destaque as seguintes irregularidades:

Projeto Básico Deficiente	
Irregularidade Observada	% de ocorrência na amostra
Falta de Parecer do IPHAN	100%
Falta de Licenciamento Ambiental	63%
Ausência de Levantamento Topográfico	31%
Ausência de Sondagem	44%
Ineficácia da Fiscalização	
Irregularidade Observada	% de ocorrência na amostra
Ausência de Recebimento Definitivo	64%
Ausência de planta de cadastro ("as built")	36%
Ausência de Controle Tecnológico	31%
Inexistência de Diário de Obras	14%

Fonte: Relatório Final de Auditoria de 2013 (e-doc 65A6231B-c).

Dentre os efeitos de tais irregularidades ressaltam-se:

- transtornos provocados por paralisações/atrasos, motivados por fatos previsíveis ou evitáveis;
- possibilidade de contratação de soluções obsoletas ou de inviabilização da execução da obra;
- aumento do custo da obra, em razão de alterações substanciais de seu objeto durante a execução;
- perda da qualidade final da obra;
- pagamentos por serviços inacabados ou de baixa qualidade;
- comprometimento da garantia contratual.

Na análise qualitativa realizada à época da auditoria, foi atribuída nota e classificação para cada processo avaliado, considerando para tanto o cumprimento dos itens de análise nas fases de planejamento e fiscalização (execução), obtendo por fim, os seguintes resultados:

Classificação	Nota	Planejamento	Execução	Nota Final
Péssimo	0 - 2,9	7,1%	11,9%	2,4%
Ruim	3 - 4,9	2,4%	19,0%	16,7%
Regular	5 - 6,9	47,6%	64,3%	71,4%
Bom	7 - 8,9	33,3%	4,8%	9,5%
Ótimo	9 - 10,0	9,5%	0,0%	0,0%

Fonte: Relatório Final de Auditoria de 2013 (e-doc 65A6231B-c).



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE AUDITORIA
TERCEIRA DIVISÃO DE AUDITORIA

O que o Tribunal buscou avaliar?

Definiu-se como objetivo geral monitorar o cumprimento das deliberações constantes do Processo TCDF nº 1.429/2013. Para tal foram propostas 3 (três) questões de monitoramento:

1. Há cumprimento das deliberações constantes da Decisão nº 4.064/2014 para a fase de planejamento da licitação?
2. Há cumprimento das deliberações constantes da Decisão nº 4.064/2014 para a fase de execução do contrato?
3. Há cumprimento do item II.d da Decisão nº 4.064/2014 quanto ao aprimoramento do sistema de controle interno?

O que o Tribunal constatou?

Neste Monitoramento observou-se reincidência das irregularidades identificadas na auditoria de 2013, com significativa piora no quadro geral.

Na etapa de planejamento, o percentual dos processos classificados como “Regular” a “Ótimo” **foi reduzido em cerca de 10%**, enquanto o de “Ruim” e “Péssimo” **mais que dobrou** em relação à auditoria realizada em 2013.

Já na fase de execução das obras, o percentual das menções “Ruim” e “Péssimo” **praticamente dobrou**, ao passo que **nenhum** dos processos foi enquadrado como “Bom” ou “Ótimo”.

Ademais, identificaram-se fiscais responsáveis por mais de 3 obras, além daqueles não ocupantes de cargo efetivo responsáveis por obras acima de R\$ 150 mil.

Por fim, acerca do aprimoramento do sistema de controle interno, não obstante tenham sido observados esforços por parte da Companhia, os resultados insatisfatórios obtidos da análise da qualidade das fases de planejamento e execução levam a concluir que não surtiram o efeito esperado, em razão da falta de implementação dos procedimentos.

Desse modo, conclui-se pelo descumprimento aos itens II.a, II.b, II.c e II.d da Decisão nº 4.064/2014, conforme ilustrado na Tabela a seguir:

Situação	Cumprida	Parcialmente cumprida	Não cumprida	Total
Itens da Decisão monitorada	-	-	II.a, II.b, II.c e II.d	
Quantidade	0	0	4	4
Percentual	0%	0%	100%	100%

Fonte: Elaboração própria.

Tendo em conta o **descumprimento integral** das determinações, considera-se pertinente que se determine à Companhia a apresentação de Plano de Ação em que aponte as medidas a serem tomadas para que seja aprimorado o sistema de controle interno, bem como para melhoria das etapas de planejamento e fiscalização das obras executadas indiretamente pela Novacap.



Sumário

1. Introdução	2
1.1 Apresentação	2
1.2 Visão Geral do Objeto	2
1.3 Contextualização	2
1.4 Destinatários do Relatório	3
1.5 Objetivos.....	3
1.5.1 Objetivo Geral	4
1.5.2 Objetivos Específicos.....	4
1.6 Escopo	4
1.7 Montante Fiscalizado.....	5
1.8 Metodologia	5
1.9 Critérios de Monitoramento	9
2 Análise do atendimento das deliberações	10
2.1 Questão de Monitoramento 1 - Há cumprimento das deliberações constantes da Decisão nº 4.064/2014 para a fase de planejamento da licitação?.....	10
2.1.1 Decisão nº 4.064/2014, item II. a.	10
2.2 Questão de Monitoramento 2 - Há cumprimento das deliberações constantes da Decisão nº 4.064/2014 para a fase de execução do contrato?	16
2.2.1 Decisão nº 4.064/2014, itens II.b e II.c.....	16
2.3 Questão de Monitoramento 3 - Há cumprimento do item II.d da Decisão nº 4.064/2014 quanto ao aprimoramento do sistema de controle interno?	29
2.3.1 Decisão nº 4.064/2014, item II. d.	29
3 Benefícios alcançados com a atuação do Tribunal	35
4 Conclusão	36
5 Proposições.....	37
ANEXO I - PLANO DE AÇÃO.....	39



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE AUDITORIA
TERCEIRA DIVISÃO DE AUDITORIA

1. Introdução

1.1 Apresentação

Trata-se de Monitoramento de Auditoria a ser realizada na Novacap¹, em atenção ao PGA de 2016, para verificação das deliberações constantes da Decisão nº 4.064/2014 (e-doc C6FEAF21-c). Ressalta-se que o Processo nº 32.160/2016-e foi instaurado para o registro dos trabalhos realizados no âmbito do referido Monitoramento.

1.2 Visão Geral do Objeto

2. O objeto da presente fiscalização é verificar a implementação das determinações proferidas pela Corte, constantes da Decisão nº 4.064/2014, resultado de auditoria realizada em 2013 no processo de contratação e fiscalização de obras executadas indiretamente pela Novacap.

1.3 Contextualização

3. Em 2013 foi promovida auditoria integrada motivada pelas recorrentes falhas em procedimentos de contratação e execução de obras sob responsabilidade da Novacap observadas em fiscalizações anteriores realizadas pelo Tribunal.

4. Na oportunidade, foram avaliados aspectos de planejamento e fiscalização de obras concluídas nos períodos de **2011 e 2012**, resultando nos seguintes achados: **Projeto Básico Deficiente e Ineficácia da Fiscalização**, merecendo destaque as seguintes irregularidades:

Tabela 1 – Principais irregularidades identificadas na auditoria realizada em 2013

Projeto Básico Deficiente	
Irregularidade Observada	% de ocorrência na amostra
Falta de Parecer do IPHAN	100%
Falta de Licenciamento Ambiental	63%
Ausência de Levantamento Topográfico	31%
Ausência de Sondagem	44%
Ineficácia da Fiscalização	
Irregularidade Observada	% de ocorrência na amostra
Ausência de Recebimento Definitivo	64%
Ausência de planta de cadastro ("as built")	36%
Ausência de Controle Tecnológico	31%
Inexistência de Diário de Obras	14%

Fonte: Relatório Final de Auditoria de 2013 (e-doc 65A6231B-c).

5. Dentre os efeitos de tais irregularidades ressaltam-se:

- transtornos provocados por paralisações/atrasos, motivados por fatos previsíveis ou evitáveis;
- possibilidade de contratação de soluções obsoletas ou de inviabilização da execução da obra;
- aumento do custo da obra, em razão de alterações substanciais de seu objeto durante a execução;
- perda da qualidade final da obra;

¹ Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE AUDITORIA
TERCEIRA DIVISÃO DE AUDITORIA

- pagamentos por serviços inacabados ou de baixa qualidade;
- comprometimento da garantia contratual.

6. Na análise qualitativa, realizada no âmbito da referida auditoria, foi atribuída nota e classificação para cada processo avaliado, considerando para tanto o cumprimento dos itens de análise nas fases de planejamento e fiscalização (execução), obtendo por fim, os seguintes resultados:

Tabela 2 – Notas atribuídas às fases de planejamento e execução dos processos analisados

Classificação	Nota	Planejamento	Execução	Nota Final
Péssimo	0 - 2,9	7,1%	11,9%	2,4%
Ruim	3 - 4,9	2,4%	19,0%	16,7%
Regular	5 - 6,9	47,6%	64,3%	71,4%
Bom	7 - 8,9	33,3%	4,8%	9,5%
Ótimo	9 - 10,0	9,5%	0,0%	0,0%

Fonte: Relatório Final de Auditoria de 2013 (e-doc 65A6231B-c).

7. Segregando por Diretoria e modalidade de licitação, foram obtidas as seguintes notas:

Tabela 3 – Notas estratificadas por Diretoria e modalidades de licitação

Fases	Diretoria		Modalidade de Licitação	
	DE	DU	Concorrência	TP* ² e convite
Planejamento	7,9	5,8	7,3	6,2
Execução	4,1	5,6	4,8	5,2
Nota Final	5,9	5,7	6,1	5,5

Fonte: Relatório Final de Auditoria de 2013 (e-doc 65A6231B-c).

8. Impende ressaltar que a Decisão nº 1.897/2016³ determinou a juntada de cópia da Representação nº 5/2016 – DA⁴ ao Processo nº 1.429/2013, a qual solicita:

(...) a realização de inspeção para verificar:

1) se os projetos básicos e termos de referência são produzidos pelos engenheiros pertencentes aos quadros técnicos daquela Companhia ou se houve contratação de empresa especializada nesse segmento para realização dessa elaboração;

2) que metodologia é adotada pela Novacap para a elaboração dos projetos básicos e termos de referência que integram os processos de licitação de obras e serviços realizados pela Companhia.

9. Essa análise está abrangida no escopo deste Monitoramento.

1.4 Destinatários do Relatório

10. Serão destinatários do Relatório de Monitoramento de Auditoria o TCDF, o MPJTCD, bem como a Novacap e a Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos - SINESP.

1.5 Objetivos

² TP = Tomada de Preços.

³ e-doc E4BA80E3-c.

⁴ e-doc CBC97075-c.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE AUDITORIA
TERCEIRA DIVISÃO DE AUDITORIA

1.5.1 Objetivo Geral

11. Monitorar o cumprimento das deliberações constantes da Decisão nº 4.064/2014, prolatada nos autos do Processo TCDF nº 1.429/2013, que tratou da avaliação da qualidade do processo de contratação e fiscalização de obras executadas indiretamente pela Novacap.

1.5.2 Objetivos Específicos

12. Responder às seguintes questões de monitoramento:
1. Há cumprimento das deliberações constantes da Decisão nº 4.064/2014 para a fase de planejamento da licitação?
 2. Há cumprimento das deliberações constantes da Decisão nº 4.064/2014 para a fase de execução do contrato?
 3. Há cumprimento do item II.d da Decisão nº 4.064/2014 quanto ao aprimoramento do sistema de controle interno?

1.6 Escopo

13. O monitoramento abrangeu o cumprimento dos itens II.a, II.b, II.c e II.d da Decisão nº 4.064/2014, cujo teor encontra-se esquematizado na Tabela a seguir:

Tabela 4 – Deliberações constantes da Decisão nº 4.064/2014

Item da Decisão	Deliberações
II.a	sanar as falhas apontadas nos procedimentos de elaboração/aprovação dos Projetos Básicos das obras sob sua responsabilidade, com a finalidade de evitar novas ocorrências, notadamente quanto aos seguintes aspectos: I – levantamentos e estudos técnicos preliminares insuficientes ou inadequados; II – projeto Básico desatualizado; III – ausência de elementos necessários e suficientes para adequada caracterização do objeto; IV – ausência de identificação do responsável pelo Projeto Básico (achado 01)
II.b	regularizar as falhas detectadas, bem como evitar novas ocorrências ligadas à fiscalização das obras sob sua responsabilidade, notadamente quanto aos seguintes aspectos: I – Inexistência de Manual de Qualidade e raras Reuniões Periódicas; II – Falta de Padronização e Organização dos Arquivos; III – Ausência de Diário de Obra; IV – Inexistência de Controle Tecnológico (testes, ensaios e exames); V – Ausência de Termos de Recebimentos Provisórios e Definitivos; VI – Ausência de Planta de Cadastro (as built) (achado 02);
II.c	nas indicações dos futuros fiscais, utilize as exigências atribuídas aos executores de contrato constantes no art. 41 do Decreto nº 32.598/10 ⁵ (achado 02);
II.d	aprimorar seu sistema de controle interno, com procedimentos que facilitem a identificação e correção das falhas, podendo se utilizar de checklists, tabela para controle de prazos, controle de qualidade (principalmente do projeto básico), melhoria na comunicação com órgãos ou entidades diretamente envolvidas com obras (CAESB, CEB, IPHAN, SEMARH, etc.), dentre outros.

Fonte: Processo 1.429/2013, fls. 299/300.

⁵ Art. 41. Nos contratos para execução de obras e prestação de serviços designar-se-á, de forma expressa: §4º É facultada a indicação de **um mesmo executor para até três contratos ou convênios**, salvo situações excepcionais, devidamente justificadas pelo dirigente máximo do órgão ou entidade, não sendo vedada a designação de mais de um executor para o mesmo convênio ou contrato; § 10 Os contratos cujo valor global exceda R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) terão como executor, obrigatoriamente, **servidor ocupante de cargo de provimento efetivo ou empregado permanente**, ou comissão por estes composta.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE AUDITORIA
TERCEIRA DIVISÃO DE AUDITORIA

14. Constituiu escopo do presente monitoramento a análise dos processos cujos projetos básicos tenham sido elaborados/aprovados a partir do conhecimento da deliberação supra, bem como a fiscalização das obras advindas dos referidos projetos, conforme previsto no item III da citada Decisão:

III – alertar os dirigentes da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - Novacap que será realizado monitoramento no exercício de 2016, com a finalidade de verificar o cumprimento das determinações contidas no item precedente, tendo como objeto os Projetos Básicos elaborados/aprovados a partir do conhecimento desta deliberação, bem como a fiscalização das obras advindas dos referidos projetos; (...)

15. Posto que a Companhia tomou conhecimento do teor da Decisão em **05/09/2014**⁶, o período em exame compreendeu as obras cuja **data da licitação** foi posterior a **outubro/2014**, de modo a permitir que a Novacap tenha tido oportunidade de rever os projetos que porventura estivessem em desacordo com o conteúdo da deliberação, até a data limite de **junho/2016**.

16. De modo diverso do que ocorreu na auditoria original desenvolvida em 2013, em que foram tratadas apenas obras concluídas, na oportunidade deste monitoramento foram avaliadas também as **obras em andamento** que atenderam ao requisito descrito no parágrafo anterior.

17. Desse modo, tratam-se de **20** (vinte) processos de execução de obras e serviços de engenharia (PT 05, e-doc C7E81F1D-e), sob responsabilidade da Novacap, concluídas ou em andamento no período de 2014 a 2016.

1.7 Montante Fiscalizado

18. Os contratos selecionados como amostra neste monitoramento, acrescidos dos respectivos aditivos, totalizam **R\$ 113.694.652,01** (em valores originais – PT 05, e-doc C7E81F1D-e).

1.8 Metodologia

19. As obras e serviços de engenharia executadas pela Novacap no período de 2013 a 2016 totalizaram **308 projetos**, sendo distribuídos segundo a Tabela a seguir:

Tabela 5 – Total de obras, por diretoria, no período de 2013 a 2016

Diretoria	Em andamento	Concluídas
Diretoria de Edificação (DE)	34	47
Diretoria de Urbanização (DU)	96	131
TOTAL	130	178
	308	

Fonte: PT 04 (e-doc 59D46BE5-e).

20. Uma vez definido que o período em exame compreende as obras e serviços com início **após outubro/2014**⁷, tratado no §15, o universo restringiu-se aos números ilustrados a seguir:

⁶ Ofício nº 7.514/2014-GP (e-doc 0A918B12).

⁷ Considerada a data da licitação para atendimento a esse requisito.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE AUDITORIA
TERCEIRA DIVISÃO DE AUDITORIA

Tabela 6 – Total de obras, por diretoria, no período de 2013 a 2016, cuja licitação se deu após outubro/2014

Modalidade	DU		DE		TOTAL (Qtde.)	TOTAL (R\$)
	Concluídas	Em andamento	Concluídas	Em andamento		
Concorrência	1	29	1	11	42	454.989.337,18
Convite	2	2	0	0	4	371.500,92
Pregão	1	0	0	1	2	7.049.196,71
Tomada de Preço	2	4	2	1	9	7.143.469,98
TOTAL	6	35	3	13	57	469.553.504,79

Fonte: PT 05 (e-doc C7E81F1D-e).

21. Diante da reduzida quantidade de obras **concluídas** enquadradas no critério (licitação após outubro/2014), optou-se por analisar **todas** e aplicar metodologia para seleção de amostra apenas para obras em andamento. As **9** (nove) obras concluídas estão representadas na Tabela a seguir.

Tabela 7 – Obras concluídas cuja licitação se deu após outubro/2014

Diretoria de Edificação (DE)			
Modalidade	Nº do processo	Objeto	Total (R\$)
TP	112.002.882/2015	Construção do Centro de Referência Especializada e Assistência Social - CREAS	1.161.100,35
TP	112.001.477/2015	Reforma da Ponte entre o Balão do Colorado e a Granja do Tortonas proximidades da DF 003	126.404,91
CC	112.003.972/2015	Construção da Praça com Parquinho, Ponto de Encontro Comunitário - PEC, Pergolado, Quadra de Esporte e Pista de Skate	877.230,50
TOTAL (DE)			2.164.735,76
Diretoria de Urbanização (DU)			
Modalidade	Nº do processo	Objeto	Total (R\$)
CV	112.000.547/2014	Execução de rampas de acesso no Prédio do Arquivo Público do Distrito Federal - Guará	146.480,74
Pregão	112.002.770/2014	Execução de estrutura complementar de proteção contra erosão na Av. Elmo Serejo, cruzamento com o Córrego Cortado - Taguatinga	6.274.095,23
CC	112.002.977/2014	Recuperação da Barragem do Ribeirão do Gama, na QD 17, SMPW-DF.	12.971.651,35
TP	110.000.143/2013	Execução de drenagem nas quadras 16, lote 142 Setor Leste; 01 conjunto 'B' - Setor Norte; 20 casa 86 Setor Oeste; 09 Setor Oeste; "A" lote 06 Setor Oeste e 27 Setor Oeste - Gama.	301.940,92
TP	110.000.158/2013	Recuperação na Ponte Ribeirão das Palmeiras, DF 205 Km 40-Planaltina-DF	323.456,46



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE AUDITORIA
TERCEIRA DIVISÃO DE AUDITORIA

CV	110.000.057/2016	Execução de rampa na Orla do Lago de Brazlândia/DF (Obras de recuperação de muro de contenção do lago Veredinha de Brazlândia/DF).	R\$ 80.934,94
TOTAL (DU)			R\$ 20.098.559,64

Fonte: PT 05 (e-doc C7E81F1D-e).

22. Em razão do tamanho reduzido da equipe e do prazo para execução do monitoramento, optou-se pela análise das **9** (nove) obras concluídas e de **11** (onze) em andamento, totalizando **20** (vinte) contratos, representando, aproximadamente, **35%** do total.

23. Para seleção da amostra, dentre as **48** obras em andamento enquadradas no critério (licitação após outubro/2014), priorizou-se a seleção apenas das licitadas na modalidade concorrência, em decorrência da maior materialidade envolvida. Desse modo, restaram **40** obras nessa situação, perfazendo um valor total de R\$ 454.989.337,18.

24. Em seguida, essas obras foram classificadas de acordo com os seguintes critérios:

- a. Diretoria responsável;
- b. Data da licitação mais recente; e
- c. Valor total da obra (inclusive aditivos) mais elevado.

25. Por fim, decidiu-se pela exclusão da amostra das obras relacionadas a asfalto, devido a análises recentes realizadas pelo TCDF⁸, resultando na seleção de **7** (sete) obras da DE e **4** (quatro) da DU. Considerando as concluídas, totalizou-se **10** (dez) para cada Diretoria.

26. A Tabela a seguir demonstra a amostra selecionada.

Tabela 8 – Amostra de obras selecionada, por diretoria, cuja licitação se deu após outubro/2014

Modalidade	DU		DE		TOTAL (Qtde.)	TOTAL (R\$)
	Concluídas	Em andamento	Concluídas	Em andamento		
Concorrência	1	4	1	7	13	105.280.238,46
Convite	2	0	0	0	2	227.415,68
Pregão	1	0	0	0	1	6.274.095,23
Tomada de Preço	2	0	2	0	4	1.912.902,64
TOTAL	6	4	3	7	20	113.694.652,01

Fonte: PT 05 (e-doc C7E81F1D-e).

27. A relação dos processos selecionados para análise encontra-se na Tabela abaixo.

⁸ Processos TCDF nº 6.684/2013 e 2.924/2013.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE AUDITORIA
TERCEIRA DIVISÃO DE AUDITORIA

Tabela 9 – Relação dos processos selecionados para análise

	Nº Processo	Objeto
1	112.000.547/2014	Execução de rampas de acesso no Prédio do Arquivo Público do Distrito Federal - Guará
2	112.002.882/2015	Construção do Centro de Referência Especializada e Assistência Social - CREAS
3	110.000.158/2013	Recuperação na Ponte Ribeirão das Palmeiras - DF 205 Km 40 - Planaltina-DF
4	112.002.770/2014	Execução de estrutura complementar de proteção contra erosão na Av. Elmo Serejo, cruzamento com o Córrego Cortado - Taguatinga
5	112.001.477/2015	Reforma da Ponte entre o Balão do Colorado e a Granja do Tortonas proximidades da DF 003
6	110.000.057/2016	Execução de rampa na Orla do Lago de Brazlândia/DF (Obras de recuperação de muro de contenção do lago Veredinha de Brazlândia/DF)
7	112.005.191/2014	Construção da Feira Permanente da Estrutural
8	112.003.824/2015	Reforma e adequação às Normas de Acessibilidade do Espaço Cultural Renato Russo
9	112.002.977/2014	Recuperação da Barragem do Ribeirão do Gama, na QD 17, SMPW-DF
10	112.003.995/2015	Construção de dois blocos da Superintendência da Agência Nacional de Águas - ANA
11	112.003.972/2015	Construção da Praça com Parquinho, Ponto de Encontro Comunitário - PEC, Pergolado, Quadra de Esporte e Pista de Skate
12	110.000.106/2015	Recuperação de calçadas na Asa Sul Quadras SQS 107, 108, 109, 307 e 308, em Brasília
13	110.000.143/2013	Execução de drenagem nas quadras 16, lote 142 Setor Leste; 01, conjunto 'B' - Setor Norte; 20, casa 86 Setor Oeste; 09 Setor Oeste; "A" lote 06 Setor Oeste e 27 Setor Oeste - Gama
14	112.005.012/2014	Construção da Escola Classe Guariroba no Núcleo Rural Taguatinga-DF
15	110.000.221/2015	Execução de pavimentação asfáltica, meios-fios e drenagem pluvial nas Quadras 101, 102, 301, no Centro Urbano de Samambaia / DF
16	112.003.214/2013	Revitalização e reforma do Estádio Antônio Otoni Filho-CAVE
17	110.000.206/2014	Execução de pavimentação asfáltica, meios-fios, drenagem pluvial e execução de obras de Artes Especiais em Vicente Pires/DF
18	110.000.207/2014	Execução de pavimentação asfáltica e drenagem pluvial no Setor Habitacional Buritizinho, dividido em 07 lotes, em Sobradinho II - LOTE 5
19	112.003.421/2015	Construção do Aterro Sanitário de Samambaia, localizado na Área de Desenvolvimento Econômico Oeste em Samambaia -RA XIII-DF
20	112.003.059/2015	Construção da Unidade Básica de Saúde - UBS

Fonte: PT 05 (e-doc C7E81F1D-e).

28. Os processos selecionados, de obras concluídas ou em andamento, constam do PT 05 (e-doc C7E81F1D-e), sobre os quais foi aplicado checklist (PT 02, e-doc A005C6CE-e), avaliando as fases de planejamento e execução dos serviços, por meio da atribuição de pontuação segundo a seguinte distribuição:



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE AUDITORIA
TERCEIRA DIVISÃO DE AUDITORIA

Tabela 10 – Pontuação atribuída segundo o grau de atendimento aos itens do checklist

Grau de Atendimento	Pontuação Atribuída
Satisfatório	10
Oportunidade de melhoria	5
Insatisfatório	0
Não aplicável	Sem atribuição de pontos

Fonte: Relatório Final de Auditoria de 2013 (e-doc 65A6231B-c).

29. A somatória da pontuação atribuída a cada item de avaliação resultou em uma nota final por processo⁹, para as fases de planejamento e execução separadamente, correspondendo a certa classificação segundo o critério apresentado a seguir:

Tabela 11 – Critério de classificação para a nota final dos processos

Classificação	Nota Final
Péssimo	0 - 2,99
Ruim	3 - 4,99
Regular	5 - 6,99
Bom	7 - 8,99
Ótimo	9 - 10,0

Fonte: Relatório Final de Auditoria de 2013 (e-doc 65A6231B-c).

30. Para o caso específico das **obras em andamento**, não foram considerados, para fins de pontuação, alguns itens da fase de fiscalização, em razão de não se aplicarem, conforme detalhamento a seguir:

Tabela 12 – Itens não aplicáveis para obras em andamento no momento da análise

Item de avaliação
Houve recebimento provisório?
Existem testes, exames, ensaios e quaisquer provas necessárias ao controle de qualidade dos serviços e obras objeto do contrato como condição para o recebimento definitivo?
Houve recebimento definitivo?
O recebimento definitivo considerou sanadas as observações apontadas no recebimento provisório?
Houve aprovação pela fiscalização dos projetos "as built" fornecidos pela contratada?

Fonte: Relatório Final de Auditoria de 2013 (e-doc 65A6231B-c).

1.9 Critérios de Monitoramento

31. Foram utilizados como critérios nessa fase os mesmos aplicados à auditoria realizada em 2013, que inclui, além daqueles de aspecto legal, outros, tais como:

- Decisões do TCU e TCDF sobre o tema;
- Manual de Fiscalização da Diretoria de Urbanização (DU) da Novacap;
- Instrução Normativa nº 001/2009 da Novacap;
- Resoluções nº 001/86 e 237/97 do CONAMA.

32. Ademais, para cada item avaliado do checklist, o correspondente critério encontra-se detalhado no PT 02 (e-doc A005C6CE-e).

⁹ Nota determinada separadamente para a fase de planejamento e de execução, calculando-se a pontuação obtida sobre a máxima possível, excluindo-se os itens não aplicáveis do checklist, sendo que cada item é pontuado da mesma forma, isto é, sem ponderação.



2 Análise do atendimento das deliberações

2.1 Questão de Monitoramento 1 - Há cumprimento das deliberações constantes da Decisão nº 4.064/2014 para a fase de planejamento da licitação?

Não. Observou-se reincidência das irregularidades identificadas na auditoria de 2013, tendo dobrado o percentual das menções “Ruim” e “Péssimo”, demonstrando piora no quadro geral da fase de planejamento das licitações.

2.1.1 Decisão nº 4.064/2014, item II. a.

II – determinar à Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - Novacap que, por intermédio das Diretorias de Edificações, Urbanização e Obras Especiais, adote as medidas necessárias para:

a) sanar as falhas apontadas nos procedimentos de elaboração/aprovação dos Projetos Básicos das obras sob sua responsabilidade, com a finalidade de evitar novas ocorrências, notadamente quanto aos seguintes aspectos:

- I – levantamentos e estudos técnicos preliminares insuficientes ou inadequados;*
- II – projeto Básico desatualizado;*
- III – ausência de elementos necessários e suficientes para adequada caracterização do objeto;*
- IV – ausência de identificação do responsável pelo Projeto Básico (achado 01)*

Situação que levou à proposição da deliberação

33. Na ocasião da auditoria realizada em 2013, foram identificados levantamentos preliminares e estudos técnicos insuficientes ao fiel cumprimento do objeto da obra, bem como Projetos Básicos desatualizados e sem apresentação de todos os elementos necessários e suficientes para a adequada caracterização do objeto.

34. Conforme detalhado na metodologia, cada item avaliado do checklist recebeu uma valoração, resultando em uma nota por processo, à qual foi atribuída uma classificação, conforme Tabela a seguir:

Tabela 13 – Notas atribuídas às fases de planejamento dos processos analisados na auditoria de 2013

Classificação	Nota	Planejamento
Péssimo	0 - 2,9	7,1%
Ruim	3 - 4,9	2,4%
Regular	5 - 6,9	47,6%
Bom	7 - 8,9	33,3%
Ótimo	9 - 10,0	9,5%

Fonte: Relatório Final de Auditoria de 2013 (e-doc 65A6231B-c).

35. Observa-se que **57,1%** das obras analisadas naquela ocasião, na fase de planejamento/projeto básico, foram classificadas de “Regular” a “Péssimo”.

Análise

Levantamentos e estudos técnicos preliminares insuficientes ou inadequados

36. Cerca de **78%¹⁰** dos processos avaliados apresentaram algum tipo de

¹⁰ Processos nº 2, 3, 5, 7, 10, 11, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19 e 20 (PT 09, e-doc FB99BB78-e).



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE AUDITORIA
TERCEIRA DIVISÃO DE AUDITORIA

inconsistência nos levantamentos e estudos técnicos preliminares. A incoerência corresponde, sempre, à falta de algum elemento que se esperava constar do processo de contratação de serviços de execução de obras.

37. A Tabela a seguir ilustra a comparação das principais irregularidades nos levantamentos preliminares e estudos técnicos da situação encontrada na auditoria realizada em 2013 com a atual:

Tabela 14 – Comparação das principais falhas nos levantamentos preliminares – situação 2013 x 2016

Falhas	% de processos com falhas	
	Situação 2013	Situação após Decisão 4.064/2014
Levantamento Topográfico	31%	46,67%
Sondagem	44%	25%
Parecer do IPHAN	100%	Não aplicável
Licenciamento Ambiental	63%	26,67%
Comunicação com outros órgãos (CEB, CAESB, IBRAM)	Não calculada	53,33%
Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV)	Não aplicável	100%
VISÃO GERAL	57%	78%

Fonte: Relatório Final de Auditoria de 2013 (e-doc 65A6231B-c) e PT 09 (e-doc FB99BB78-e).

38. Destaca-se que a ausência de Licenciamento Ambiental, parecer do IPHAN ou comunicação insuficiente com outros órgãos podem causar interrupção ou atraso para o início das obras, com graves transtornos à população local.

39. Acerca do **parecer do IPHAN**, observado como uma das causas de paralisações na auditoria realizada em 2013, neste monitoramento não foi identificada nenhuma obra na amostra em que tal documento se fizesse necessário, razão pela qual utilizou-se o termo “não aplicável” na Tabela acima.

40. Já a **insuficiência de comunicação com outros órgãos**¹¹ foi recorrente na análise dos processos nesta oportunidade, representando a segunda maior irregularidade (**53,33%**) na etapa de “levantamentos preliminares e estudos técnicos necessários”. Porém, em que pese também tenha sido identificada na auditoria em 2013, não foi levantado o quantitativo exato de processos naquela ocasião que permitisse a comparação com os dados obtidos neste monitoramento.

41. Exemplo disso é o processo nº **112.003.972/2015** que trata da construção de parquinho, ponto de encontro comunitário e pista de skate em Samambaia, cuja solicitação à Terracap para delimitação do lote destinado à obra se deu em 15/04/2016 (PT 11, e-doc BE3FED73-e), após a emissão da 1ª ordem de serviço (13/04/2016) à empresa vencedora da licitação. Até a análise por esta equipe, as obras não haviam se iniciado. Ademais, não consta do processo comunicação com a CEB, cuja participação certamente se faz necessária à complementação da iluminação pública para o local.

42. Por fim, o **Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV)** esteve ausente em **100%** dos processos em que deveria se fazer constar em razão do enquadramento da obra nas situações previstas na lei nº 5.022/2013, que regula a matéria. Na auditoria realizada em 2013, tal item foi apenas citado pela equipe em razão do prejuízo de sua aplicação à amostra em questão (obras concluídas em 2011/2012), uma vez que a norma

¹¹ Processos nº 7, 10, 11, 13, 14, 15, 18 e 19 (PT 09, e-doc FB99BB78-e).



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE AUDITORIA
TERCEIRA DIVISÃO DE AUDITORIA

passou a vigorar a partir de fevereiro/2013.

43. A observação à época era de que, diante da inaplicabilidade da norma à amostra, se registrasse o alerta à Novacap da necessidade de, doravante, adequar-se a essa nova exigência normativa quando da elaboração de projetos básicos.

Projeto Básico desatualizado

44. Observou-se que em **65%** dos processos avaliados o projeto básico foi considerado desatualizado por **não** refletir a realidade do local da obra ou atual necessidade de sua execução.

Tabela 15 – Comparação do % de projetos desatualizados – situação 2013 x 2016

Falha	Situação 2013	Situação após Decisão 4.064/2014
Projeto Básico desatualizado	17%	65% ¹²

Fonte: Relatório Final de Auditoria de 2013 (e-doc 65A6231B-c) e PT 09 (e-doc FB99BB78-e).

45. O extenso período entre a confecção do projeto básico e o procedimento licitatório é um dos indícios dessa irregularidade, sendo, entretanto, necessária a avaliação caso a caso, uma vez que o longo prazo por si só não configura irregularidade.

46. Porém é de se esperar que quanto mais recente o projeto, será melhor retratada a necessidade e a condição atual. O comprometimento dessa prática reside na ausência de manifestação quanto à **manutenção das condições da época do projeto**, assegurando que permanecem aplicáveis para o momento de sua execução.

47. Exemplo de tal situação é o processo nº **110.000.106/2015** que trata da "execução de calçadas na Asa Sul - Quadras SQS 107, 108, 109, 307 e 308, em Brasília - RA I", contratada por R\$ 1.279.725,20.

48. Os executores designados para acompanhar a obra, após visita *in loco*, apresentaram documento à SINESP questionando a adequação do projeto licitado à realidade do local (PT 12, e-doc D38A681F-e):

(...) pode-se verificar que os croquis anexados ao processo não correspondem à realidade existente no local, inclusive com dimensões previstas não passíveis de execução conforme contratado (...). os mesmos não possuem escala e tampouco cotas, o que impossibilita o levantamento preciso das áreas a serem refeitas. Observamos que a SQS 307 conta com várias calçadas já recuperadas.

(...) provavelmente será necessária a execução de serviços não contemplados no orçamento licitado, (...) como: remanejamento de mobiliário urbano e recuperação de meios-fios e bueiros e recuperação de jardins e paisagismo, entre outros.

49. Nesse exemplo, a inadequação do projeto à realidade do local acarretará a necessidade de aditivo financeiro de modo a contemplar serviços não previstos originalmente.

50. Porém, de imediato, já é possível perceber os efeitos da desatualização do projeto, uma vez que, mesmo após emissão da Ordem de Serviço em junho/2016, até o momento da realização deste monitoramento (outubro/2016), as obras não haviam sido iniciadas, aguardando a adequação do projeto e respectivo orçamento.

¹² Processos 1, 2, 3, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 17, 18, 19 e 20 (PT 09, e-doc FB99BB78-e).



Ausência de elementos necessários e suficientes para adequada caracterização do objeto

51. É essencial que o Projeto Básico apresente todos os elementos necessários para adequada caracterização do objeto, permitindo aos licitantes elaborarem propostas de forma segura, sem frustrar o caráter competitivo do certame.

52. Considerou-se falha a ausência de pelo menos um dos elementos exigidos ou, se presentes, sem os elementos técnicos necessários, totalizando os percentuais ilustrados na Tabela a seguir:

Tabela 16 – Comparação do % de projetos sem elementos necessários – situação 2013 x 2016

Falha	Situação 2013	Situação após Decisão 4.064/2014
Ausência de elementos necessários e suficientes para adequada caracterização do objeto ¹³	76%	70% ¹⁴

Fonte: Relatório Final de Auditoria de 2013 (e-doc 65A6231B-c) e PT 09 (e-doc FB99BB78-e).

53. Dentre os elementos básicos necessários que deixaram de ser apresentados ou continham falhas, destacam-se: projeto de terraplanagem (90%), projeto de pavimentação (50%), projeto geométrico (33,33%) e projeto de sinalização viária (25%).

54. Levando em consideração a metodologia estabelecida no checklist (PT 02, e-doc A005C6CE-e); foi classificado como “**insatisfatório**” o projeto básico que não apresentasse ao menos 1 dos elementos básicos elencados na OT-IBR 001/2006 do IBRAOP, e classificado como “**oportunidade de melhoria**” aquele que apresentasse algum dos elementos básicos estabelecidos com qualidade abaixo da razoável.

55. Quando a elaboração destes projetos foi contratada com terceiros – **55%**¹⁵ do total de processos analisados –, percebe-se sensível melhora em relação àqueles de elaboração pela própria Novacap. No entanto, constatou-se que dos elaborados por terceiros, **apenas 36%**¹⁶ contam com todos os elementos elencados na OT-IBR 001/2006 do IBRAOP como necessários à correta caracterização do objeto.

56. Nesse sentido, destaca-se o projeto básico contratado com terceiros, objeto do processo nº **112.003.421/2015**, referente ao aterro sanitário oeste em Samambaia. A executora da obra questionou¹⁷ o Projeto de Fundações, de Instalações e de Arquitetura, ocasionando revisão dos projetos¹⁸, com consequente aditivo financeiro de R\$ 883.717,18 (21,16%) em fase de estudos até o momento (outubro/2016)¹⁹.

57. Reflexo da precariedade de seus projetos básicos é o elevado índice de obras com aditivos financeiros e de prazo. Quanto aos aditivos financeiros, foram consideradas apenas as obras concluídas:

¹³ Elementos necessários e suficientes para a adequada caracterização do objeto: itens 11 a 27 do checklist – fase planejamento (PT 09, e-doc FB99BB78-e).

¹⁴ Processos 1, 2, 3, 5, 7, 9, 10, 12, 13, 15, 16, 18, 19 e 20 (PT 09, e-doc FB99BB78-e).

¹⁵ Processos nº 6, 7, 9, 10, 11, 12, 14, 16, 17, 18 e 19 (PT 09, e-doc FB99BB78-e).

¹⁶ Processos nº 6, 11, 14 e 17 (PT 09, e-doc FB99BB78-e).

¹⁷ Fls. 4547/4565 e 4578 do processo nº 112.003.421/2015 (PT 13, e-doc B711642A-e).

¹⁸ Fls. 4398/4521 do processo nº 112.003.421/2015 (PT 13, e-doc B711642A-e).

¹⁹ Fls. 4822/4825 do processo nº 112.003.421/2015 (PT 13, e-doc B711642A-e).



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE AUDITORIA
TERCEIRA DIVISÃO DE AUDITORIA

Tabela 17 – Comparação do % de obras com aditivos – situação 2013 x 2016

Falha	Situação 2013	Situação após Decisão 4.064/2014
Aditivos financeiros	43%	43% ²⁰
Aditivos de prazo	Não aplicável	71% ²¹

Fonte: Relatório Final de Auditoria de 2013 (e-doc 65A6231B-c) e PTs 06 e 09 (e-docs EA3BAC99-e e FB99BB78-e).

Ausência de identificação do responsável pelo Projeto Básico

58. Todos os documentos técnicos que compõem um projeto de engenharia devem ser assinados por profissional competente, com o respectivo número de registro profissional, conforme versa a Lei Federal nº 5.194/66, que regula o exercício das profissões de Engenheiro, Arquiteto e Engenheiro-Agrônomo.

59. Em parte dos projetos avaliados, não **consta identificação do responsável** pela produção dos elementos do projeto básico, representando **25%** dos processos avaliados.

Análise detalhada das principais consequências do achado.

60. Entre as principais consequências negativas de um projeto básico deficiente estão as paralisações, atrasos e prorrogações da execução da obra por motivos que poderiam ser anteriormente previstos no planejamento ou perfeitamente evitados durante sua execução.

61. A Tabela a seguir ilustra a quantidade de processos cuja obra foi paralisada por motivos que poderiam ser anteriormente previstos no planejamento, ou perfeitamente evitados durante a execução da obra.

Tabela 18 – Comparação do % de obras paralisadas por motivos evitáveis – situação 2013 x 2016

Falha	Situação 2013	Situação após Decisão 4.064/2014
Paralisação por motivos evitáveis	60%	80% ²²

Fonte: Relatório Final de Auditoria de 2013 (e-doc 65A6231B-c) e PT 09 (e-doc FB99BB78-e).

62. Os Diagramas a seguir representam os principais motivos dessas paralisações:

²⁰ Processos 2, 3 e 4 (PTs 06 e 09, e-docs EA3BAC99-e e FB99BB78-e, respectivamente).

²¹ Processos 1, 2, 3, 4 e 13 (PTs 06 e 09, e-docs EA3BAC99-e e FB99BB78-e, respectivamente).

²² Processos 1, 2, 3, 4, 9, 12, 13 e 20 (PT 09, e-doc FB99BB78-e).



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE AUDITORIA
TERCEIRA DIVISÃO DE AUDITORIA

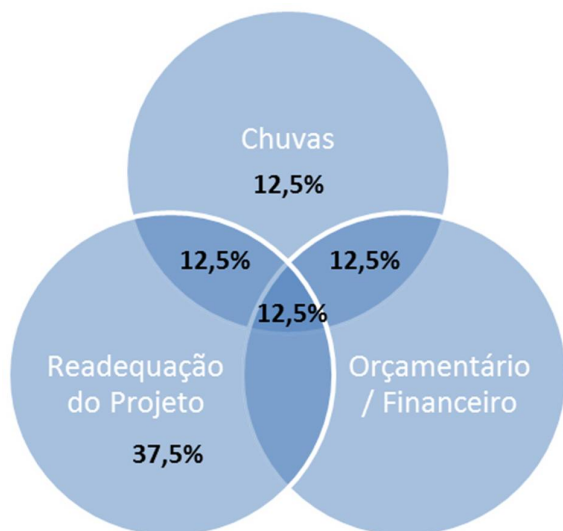


Diagrama 1 - Principais motivos de paralisações de obras Novacap (%)

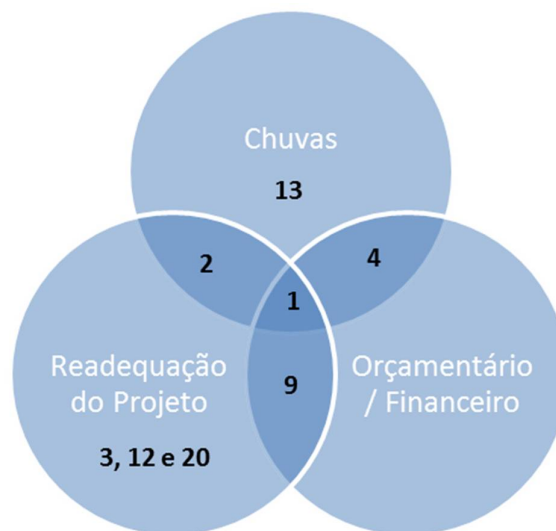


Diagrama 2 - Principais motivos de paralisações de obras Novacap (nº processos)

Fonte: PT nº 06 (e-doc EA3BAC99-e).

63. Por vezes, a falha de planejamento é tão grave que requer prorrogação de prazo para **readequação do projeto**, consequência direta do projeto básico deficiente.

Tabela 19 – Comparação do % de processos cujo projeto básico foi readequado - situação 2013 x 2016

Falha	Situação 2013	Situação após Decisão 4.064/2014
Readequação por falhas no projeto básico	16%	37,5%

Fonte: Relatório Final de Auditoria de 2013 (e-doc 65A6231B-c) e PT 09 (e-doc FB99BB78-e).

Atribuição de Notas – fase de Planejamento

64. Assim como na auditoria de 2013, foi realizada a avaliação dos processos atribuindo-se valores, em cada fase (planejamento e fiscalização), aos itens de análise do checklist, conforme detalhado nos §§ 28 a 30 da metodologia.

Tabela 20 – Comparação das notas dos processos na fase de planejamento – situação 2013 x 2016

Fases	Situação 2013		Situação após Decisão 4.064/2014	
	DE	DU	DE	DU
Planejamento	7,9	5,8	7,6	5,5
Classificação	Bom	Regular	Bom	Regular

Fonte: Relatório Final de Auditoria de 2013 (e-doc 65A6231B-c) e PT 10 (e-doc FB2EA6B9-e).

65. Considerando a classificação correspondente às notas alcançadas, tem-se a nota global da fase de planejamento:



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE AUDITORIA
TERCEIRA DIVISÃO DE AUDITORIA

Tabela 21 – Comparação da classificação dos processos na fase de planejamento – situação 2013 x 2016

Classificação	Nota	Planejamento	
		Situação 2013	Situação após Decisão 4.064/2014
Péssimo	0 - 2,9	7,1%	5%
Ruim	3 - 4,9	2,4%	15%
Regular	5 - 6,9	47,6%	35%
Bom	7 - 8,9	33,3%	40%
Ótimo	9 - 10,0	9,5%	5%

Fonte: Relatório Final de Auditoria de 2013 (e-doc 65A6231B-c) e PT 10 (e-doc FB2EA6B9-e).

66. Verifica-se na Tabela anterior que o percentual dos processos enquadrados nas menções “Regular a “Ótimo” **foi reduzido em cerca de 10%** em relação à análise realizada na auditoria em 2013, bem como o daqueles classificados como “Ruim” e “Péssimo” **mais que dobrou**, demonstrando piora no quadro geral da fase de planejamento. Além disso, as notas atribuídas à fase de planejamento apresentaram leve redução.

2.2 Questão de Monitoramento 2 - Há cumprimento das deliberações constantes da Decisão nº 4.064/2014 para a fase de execução do contrato?

Não. Observou-se reincidência das irregularidades identificadas na auditoria de 2013, tendo quase dobrado o percentual das menções “Ruim” e “Péssimo”, sendo que nenhum dos processos foi enquadrado nas menções “Bom” ou “Ótimo”, demonstrando piora no quadro geral da fase de execução contratual.

2.2.1 Decisão nº 4.064/2014, itens II.b e II.c.

II – determinar à Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - Novacap que, por intermédio das Diretorias de Edificações, Urbanização e Obras Especiais, adote as medidas necessárias para:

b) regularizar as falhas detectadas, bem como evitar novas ocorrências ligadas à fiscalização das obras sob sua responsabilidade, notadamente quanto aos seguintes aspectos:

I – Inexistência de Manual de Qualidade e raras Reuniões Periódicas;

II – Falta de Padronização e Organização dos Arquivos;

III – Ausência de Diário de Obra;

IV – Inexistência de Controle Tecnológico (testes, ensaios e exames);

V – Ausência de Termos de Recebimentos Provisórios e Definitivos;

VI – Ausência de Planta de Cadastro (as built) (achado 02);

c) nas indicações dos futuros fiscais, utilize as exigências atribuídas aos executores de contrato constantes no art. 41 do Decreto nº 32.598/1023 (achado 02)

²³ Art. 41. Nos contratos para execução de obras e prestação de serviços designar-se-á, de forma expressa: §4º É facultada a indicação de **um mesmo executor para até três contratos ou convênios**, salvo situações excepcionais, devidamente justificadas pelo dirigente máximo do órgão ou entidade, não sendo vedada a designação de mais de um executor para o mesmo convênio ou contrato

§ 10 Os contratos cujo valor global exceda R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) terão como executor, obrigatoriamente, **servidor ocupante de cargo de provimento efetivo ou empregado permanente**, ou comissão por estes composta.



Situação que levou à proposição da deliberação

67. Na auditoria de 2013, foram identificadas diversas falhas na fase de execução dos contratos, como ausência de controle tecnológico; falta de diários de obra; servidores não efetivos assumindo atribuições de fiscais em obras com valor superior a R\$ 150 mil; fiscais responsáveis por mais de 3 (três) obras concomitantemente; falhas no sistema de arquivamento da documentação pertinente ao trabalho além de falhas no processo de recebimento das obras.

Tabela 22 – Notas atribuídas à fase de execução dos processos analisados na auditoria de 2013

Classificação	Nota	Execução
Péssimo	0 - 2,9	11,9%
Ruim	3 - 4,9	19,0%
Regular	5 - 6,9	64,3%
Bom	7 - 8,9	4,8%
Ótimo	9 - 10,0	0,0%

Fonte: Relatório Final de Auditoria de 2013 (e-doc 65A6231B-c).

68. Conforme se pode observar, à época da auditoria a fase de execução apresentou-se mais problemática que a de planejamento, com **95,2%** das notas com classificação de “**Regular**” a “**Péssimo**”.

69. Ademais, foram identificadas **7 obras** de valor superior a R\$ 150.000,00 cujos fiscais eram ocupantes de emprego em comissão, portanto, sem vínculo efetivo com a Administração, além de diversos casos de exceção ao limite de até 3 obras por fiscal, em flagrante descumprimento do art. 41 do Decreto nº 32.598/10.

Análise

70. Na avaliação realizada neste monitoramento foi observada a manutenção das irregularidades apontadas na auditoria em 2013, no que diz à etapa de fiscalização e à designação de fiscais.

71. A Tabela a seguir sintetiza, de forma comparativa com a situação encontrada em 2013, as irregularidades observadas na oportunidade deste monitoramento.

Tabela 23 – Comparação irregularidades na fase de fiscalização – situação 2013 x 2016

Falha	Situação 2013	Situação após Decisão 4.064/2014
Inexistência de Manual de Qualidade	100%	100% ²⁴
Ausência de atas de reunião	98%	94% ²⁵
Falta de padronização e organização de arquivos ²⁶	100%	100% ²⁷
Ausência de Diário de Obra	14%	59% ²⁸
Inexistência de Controle Tecnológico	31%	57% ²⁹

²⁴ Processos 1, 2, 3, 4, 5, 6 e 13 (PT 09, e-doc FB99BB78-e).

²⁵ Processos 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 13, 15, 16, 17, 18 e 20 (PT 09, e-doc FB99BB78-e).

²⁶ Evidenciada pela ausência de documentos relevantes para a fase de execução: itens 2, 3, 5, 6 e 8 do checklist – fase execução (PT 09, e-doc FB99BB78-e).

²⁷ Processos 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 13, 15, 16, 17, 18, 19 e 20 (PT 09, e-doc FB99BB78-e).

²⁸ Processos 7, 8, 9, 10, 15, 16, 17, 18, 19 e 20 (PT 09, e-doc FB99BB78-e).

²⁹ Processos 3, 5, 6 e 13 (PT 09, e-doc FB99BB78-e).



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE AUDITORIA
TERCEIRA DIVISÃO DE AUDITORIA

Ausência de planta de cadastro ("as built") ou de aprovação	36%	40% ³⁰
---	-----	-------------------

Fonte: Relatório Final de Auditoria de 2013 (e-doc 65A6231B-c) e PT 09 (e-doc FB99BB78-e).

72. A análise permitiu verificar a **manutenção** do problema grave de padronização e organização dos arquivos de ambas as diretorias, sendo que em **100%** dos casos não foi apresentado a esta equipe de auditoria arquivo completo e organizado, em que constassem todos os documentos relacionados à obra na forma de um único conjunto de pastas compondo o processo.

73. Constatou-se piora considerável no tocante à ausência de Diário de Obra, passando de 14% dos processos analisados em 2013 para **59%** das obras verificadas neste monitoramento. Além disso, em **57%** dos processos verificados não houve controle tecnológico, contra 31% à época da auditoria.

74. As Notas de Auditoria nº 10 e 12 (PT 07, e-docs 91718958-c e F5EA856D-c) foram encaminhadas solicitando os documentos não localizados nos processos analisados. Destaca-se que as notas **não** foram atendidas em sua totalidade, evidenciando a situação de falhas na organização dos arquivos (PT 07, e-doc F4150BF3-e).

Fiscal não ocupante de cargo efetivo responsável por obras superiores a R\$ 150 mil.

75. Do total de obras executadas no período de 2013/2016³¹, extraiu-se a designação de **45 diferentes fiscais**.

76. Para aqueles contratos em que o valor supera R\$ 150.000,00, identificaram-se, mesmo após a ciência da Decisão nº 4.064/2014 desta Corte, em outubro/2014, **9** (nove) fiscais ocupantes de emprego em comissão, portanto, sem vínculo efetivo com a Administração, contrariando o previsto no Decreto nº 32598/2010³². Destaca-se que na auditoria em 2013, foram constatados 7 (sete) fiscais nesta condição irregular, demonstrando piora na situação.

Tabela 24 – Fiscais ocupantes de emprego em comissão responsáveis por obras acima de R\$ 150 mil

Fiscal	Matrícula	Processo nº	Valor do contrato R\$
Augusto Sérgio Bueno Vieira	972.921-6	112.005.191/2014	2.763.992,08
		380.000.971/2012	1.377.271,59
		380.001.375/2013	3.154.975,93
Carlos Alberto Meição	973.087-7	112.004.515/2009	426.000,00
		112.004.515/2009	1.085.000,00
Fabiane da Rocha S. Aleixo	972.926-7	112.003.059/2015	2.306.380,69
		112.003.214/2013	7.191.201,70
		380.000.970/2012	1.367.776,99
		380.000.970/2012	2.527.777,31
João Marcelo de Oliveira Pimenta	43578-3	112.001.737/2013	4.692.606,29

³⁰ Processos 5 e 13 (PT 09, e-doc FB99BB78-e).

³¹ 308 processos (PT 04, e-doc 59D46BE5-e).

³² Art. 41. § 10 Os contratos cujo valor global exceda R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) terão como executor, obrigatoriamente, servidor ocupante de cargo de provimento efetivo ou empregado permanente, ou comissão por estes composta.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE AUDITORIA
TERCEIRA DIVISÃO DE AUDITORIA

Fiscal	Matrícula	Processo nº	Valor do contrato R\$
		112.003.995/2015	14.198.554,21
Luiz Gustavo Figueiredo Mendonça de Freitas	973.080-X	112.000.944/2016	775.101,48
Manoel Inácio Ramil Pereira Júnior	972.954-2	112.003.061/2015	2.310.419,40
		112.003.824/2015	2.865.521,36
		112.000.761/2014	5.426.446,46
		112.003.312/2009	4.782.676,91
Mauren Iara Nascimento de Almeida	972.936-4	135.000.977/2007	3.444.160,42
		110.000.413/2012	1.653.959,10
		112.003.140/2009	10.733.370,10
Ricardo Luís Pinto Diniz	973.074-5	112.002.882/2015	1.096.036,23
		112.003.972/2015	877.230,50
		150.001.828/2013	2.997.547,15
Rosângela Marx	973.184-9	112.001.735/2014	7.136.762,62
TOTAL			85.190.768,52

Fonte: PT 04 (e-doc 59d46be5-e).

77. Cumpre salientar que **todos** os casos identificados são de obras fiscalizadas pela **Diretoria de Edificações**, sendo que os fiscais destacados em vermelho já constavam incorrendo na mesma irregularidade quando da auditoria realizada em 2013.

Fiscal responsável por mais de 3 (três) obras concomitantemente

78. Constatou-se que **12 (doze)** fiscais foram responsáveis por mais de 3 (três) obras concomitantemente, sendo 11 (onze) da DU e 1 (um) da DE.

79. O levantamento considerou apenas as obras concluídas ou em andamento após a data do conhecimento da Decisão nº 4.064/2014 (outubro/2014). A Tabela 25 sintetiza esses dados:

Tabela 25 – Relação dos fiscais responsáveis por mais de 3 obras concomitantemente

Sector	Fiscal	Matrícula	Vínculo	Obras fiscalizadas concomitantemente
DU	André Luiz Oliveira Vaz	74.895-1	Efetivo	10
	Antônio Carlos Chaves	75.093-X	Efetivo	9
	Erinaldo Pereira da Silva Sales	18.721-6	Efetivo	4
	Francisco Nogueira Porto	74.719-X	Efetivo	4
	Jesus Nery Castro	74.858-7	Efetivo	9
	José Augusto Fázio	58.093-7	Efetivo	13
	Mário César Faustino Honório	74.718-1	Efetivo	7
	Paulo Roberto Costa Santana	18.720-8	Efetivo	8
	Paulo Zanolini Facchini	74.827-7	Efetivo	5
	Ricardo Pontes Carminati	18.721-6	Efetivo	10
	Roberto Frediani Barbosa	56.432-0	Efetivo	6
DE	Fabiane da Rocha S. Aleixo	972.926-7	Comissionado	4

Fonte: PT 04 (e-doc 59d46be5-e).



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE AUDITORIA
TERCEIRA DIVISÃO DE AUDITORIA

80. Ressalta-se que os fiscais destacados em vermelho já constavam incorrendo na mesma irregularidade quando da auditoria realizada em 2013.

81. A Tabela a seguir demonstra a evolução na quantidade de fiscais responsáveis por mais de 3 (três) obras em relação à situação encontrada na Auditoria realizada em 2013.

Tabela 26 – Evolução da situação de fiscais responsáveis por mais de 3 (três) obras

Quantidades	Situação 2013		Situação após a Decisão 4.064/2014	
	DU	DE	DU	DE
Fiscais existentes	19	16	22	23
Fiscais responsáveis por mais de 3 (três) obras	5 (26%)	4 (25%)	11 (50%)	1 (4%)

Fonte: Relatório Final de Auditoria, processo nº 1.429/2013 (fls.220/279) e PT 04 (e-doc 59D46BE5-e).

82. Desse modo, constatou-se que ocorreu uma piora significativa na Diretoria de Urbanização, dado que o percentual de fiscais responsáveis por mais de 3 (obras) concomitantes praticamente dobrou, passando de **26%** para **50%**. Enquanto isso, a situação melhorou consideravelmente na DE, na qual houve uma redução de **25%** para **4%**, isto é, apenas 1 (um) fiscal foi identificado nessa situação.

83. Os gráficos que se seguem ilustram essa realidade por meio do cruzamento entre a linha horizontal vermelha (determinada data) e diversas linhas verticais (períodos de execução de obras).

84. Nota-se que existia fiscal (José Augusto Fázio) responsável por até **13 obras simultaneamente** conforme ilustra o Gráfico 1 abaixo.

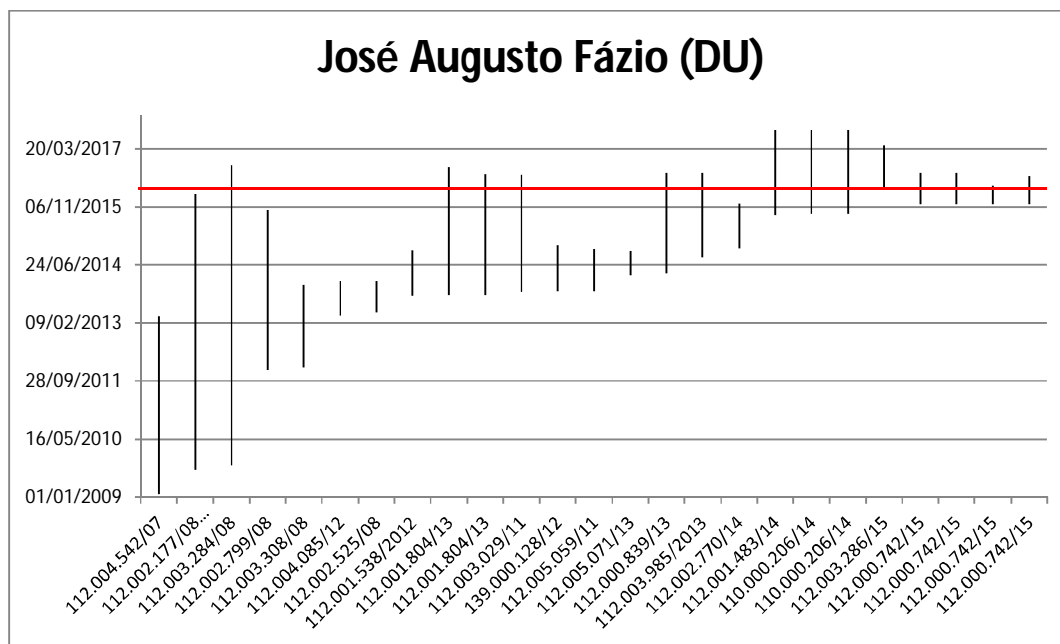


Gráfico 1 – Obras fiscalizadas concomitantemente pelo fiscal José Augusto Fázio (DU)



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE AUDITORIA
TERCEIRA DIVISÃO DE AUDITORIA

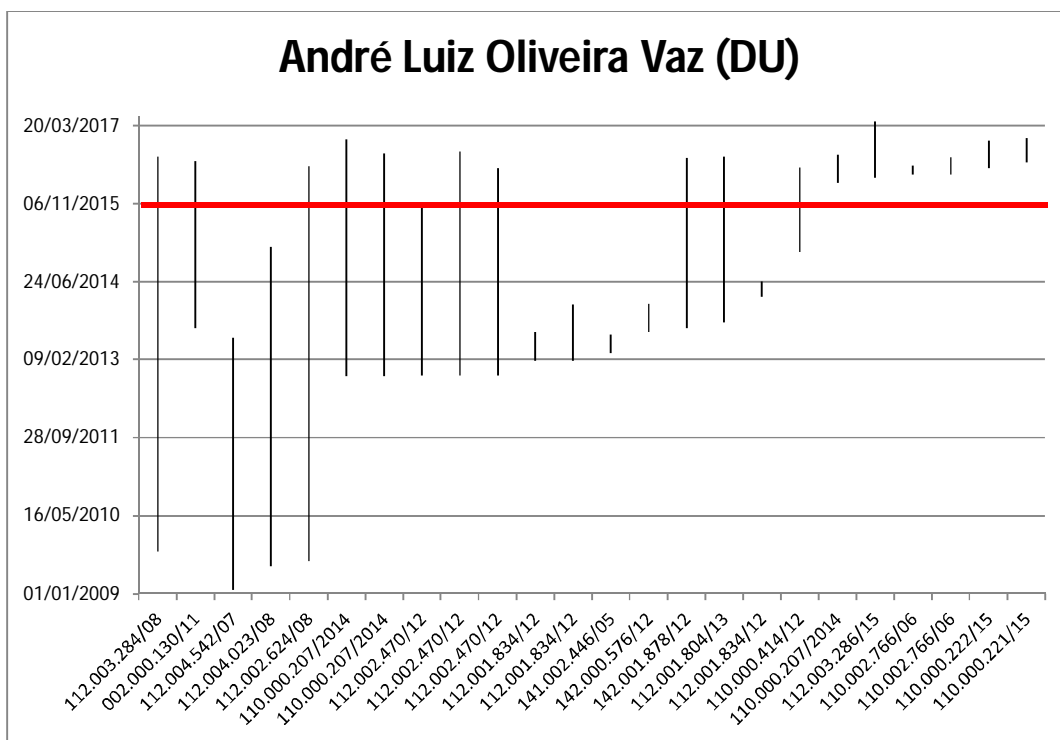


Gráfico 2 – Obras fiscalizadas concomitantemente pelo fiscal André Luiz Oliveira Vaz (DU)

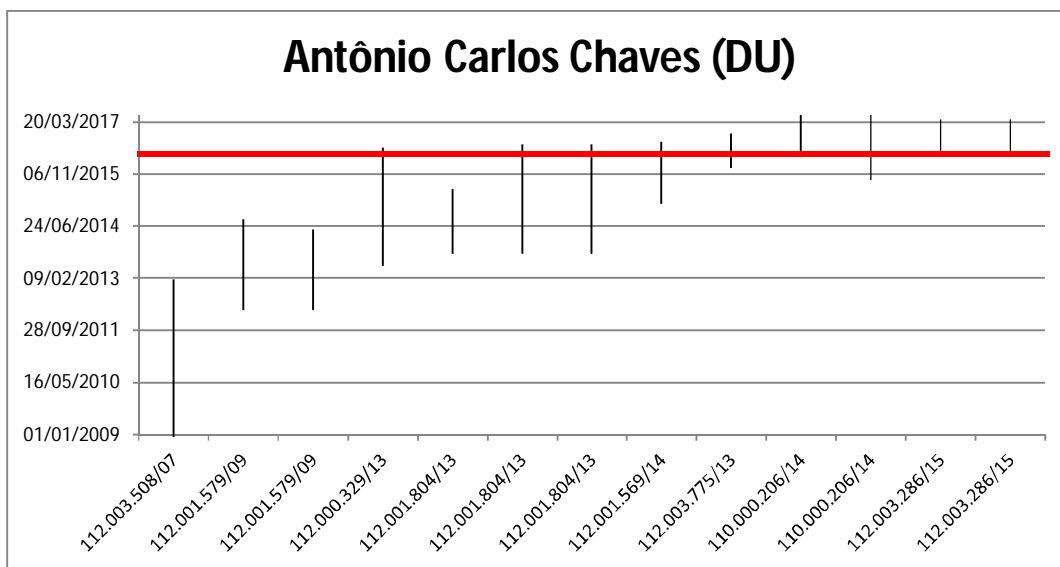


Gráfico 3 – Obras fiscalizadas concomitantemente pelo fiscal Antônio Carlos Chaves (DU)



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE AUDITORIA
TERCEIRA DIVISÃO DE AUDITORIA

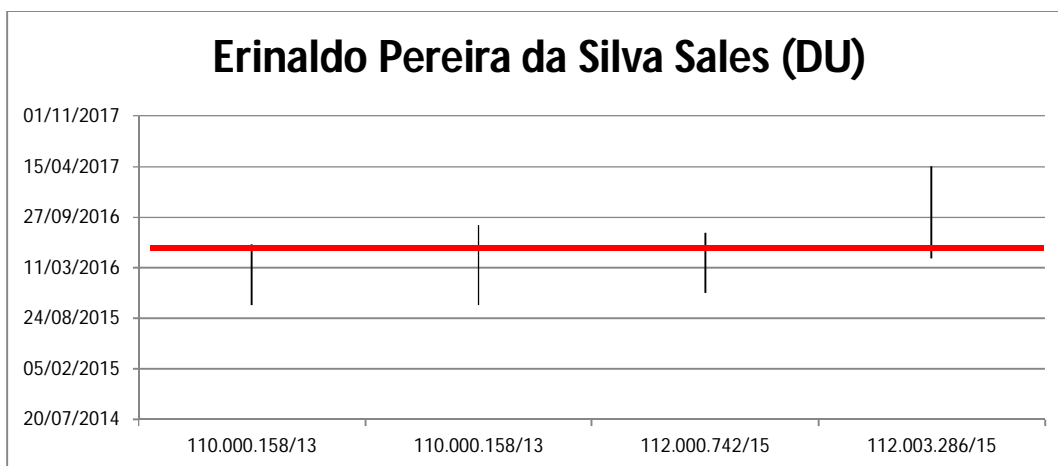


Gráfico 4 – Obras fiscalizadas concomitantemente pelo fiscal Erinaldo Pereira da Silva Sales (DU)

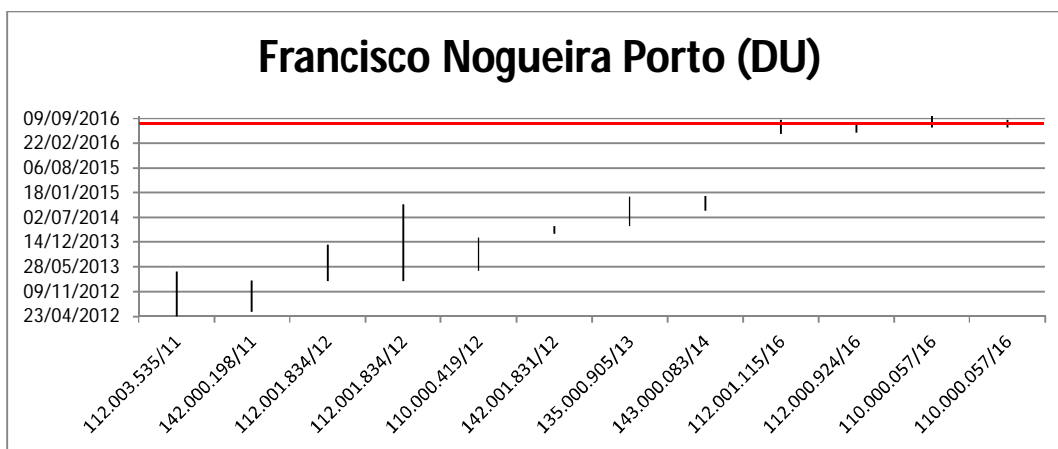


Gráfico 5 – Obras fiscalizadas concomitantemente pelo fiscal Francisco Nogueira Porto (DU)

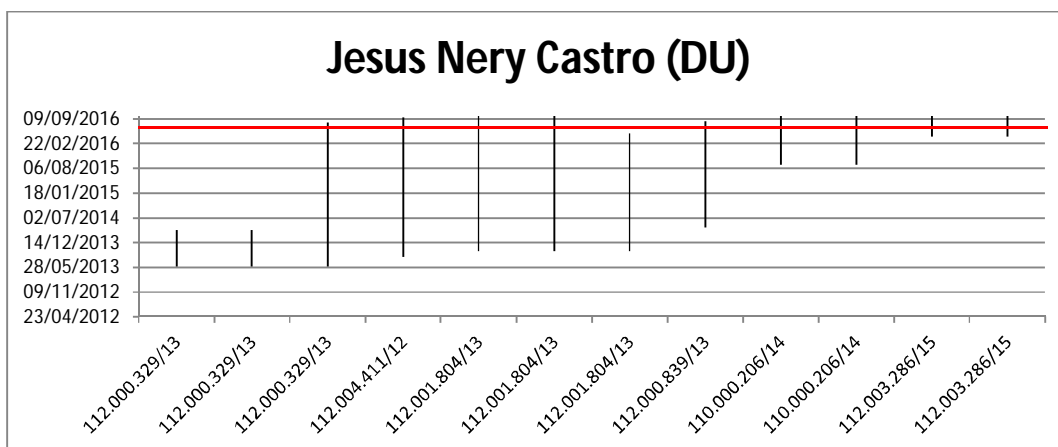


Gráfico 6 – Obras fiscalizadas concomitantemente pelo fiscal Jesus Nery Castro (DU)



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE AUDITORIA
TERCEIRA DIVISÃO DE AUDITORIA

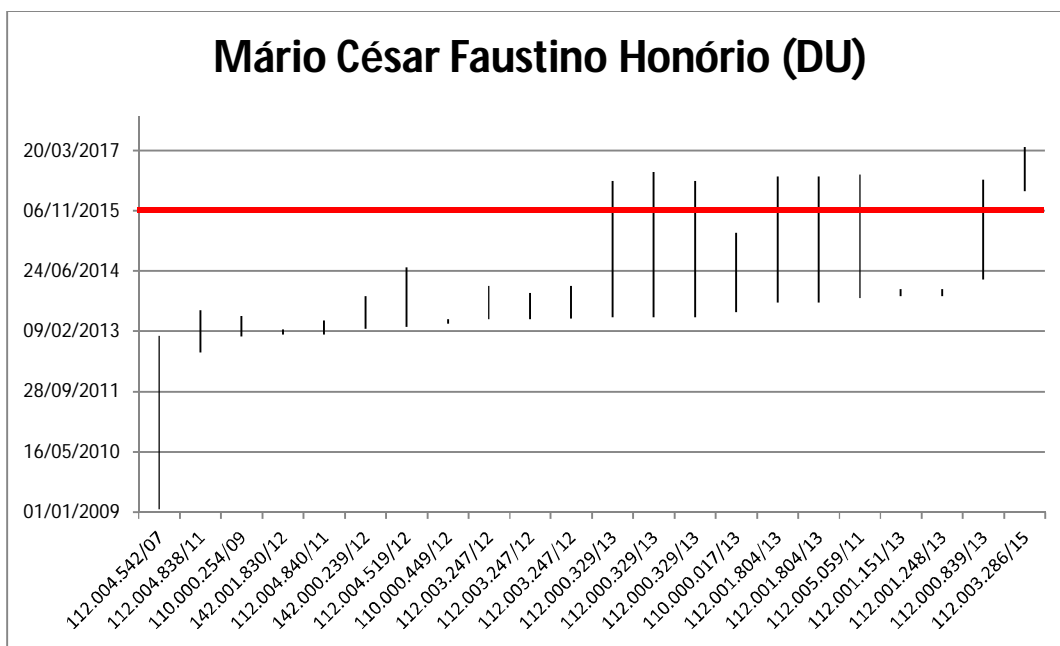


Gráfico 7 – Obras fiscalizadas concomitantemente pelo fiscal Mário César Faustino Honório (DU)

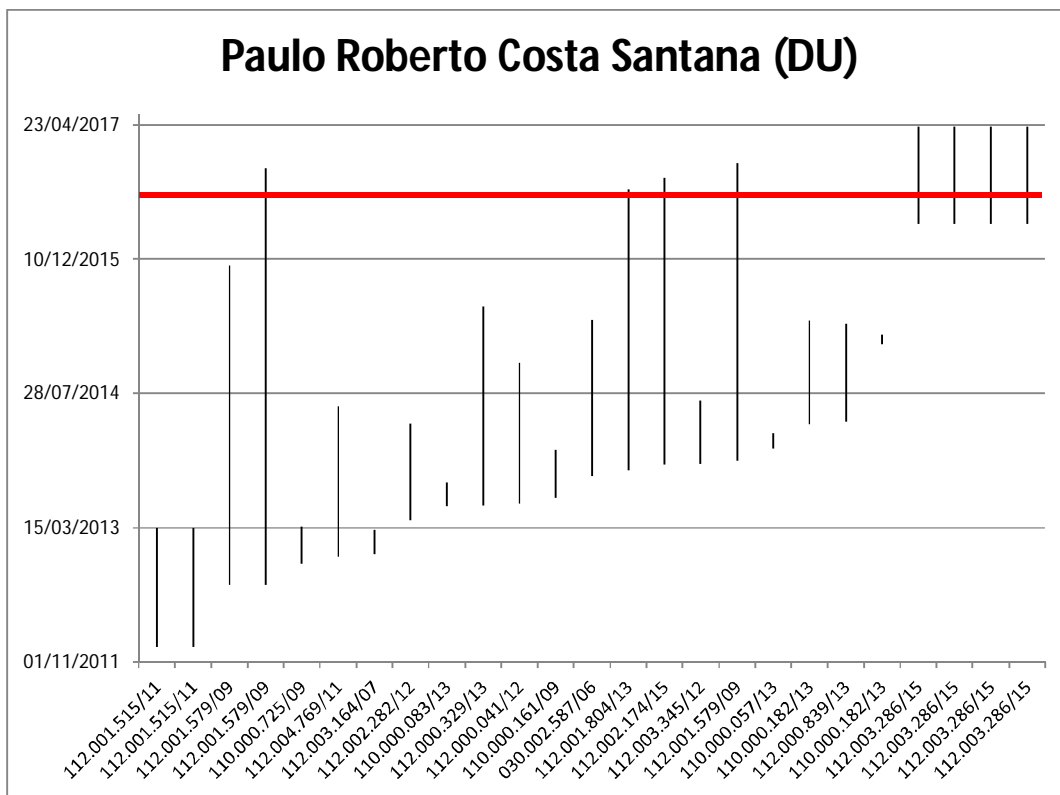


Gráfico 8 – Obras fiscalizadas concomitantemente pelo fiscal Paulo Roberto Costa Santana (DU)



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE AUDITORIA
TERCEIRA DIVISÃO DE AUDITORIA

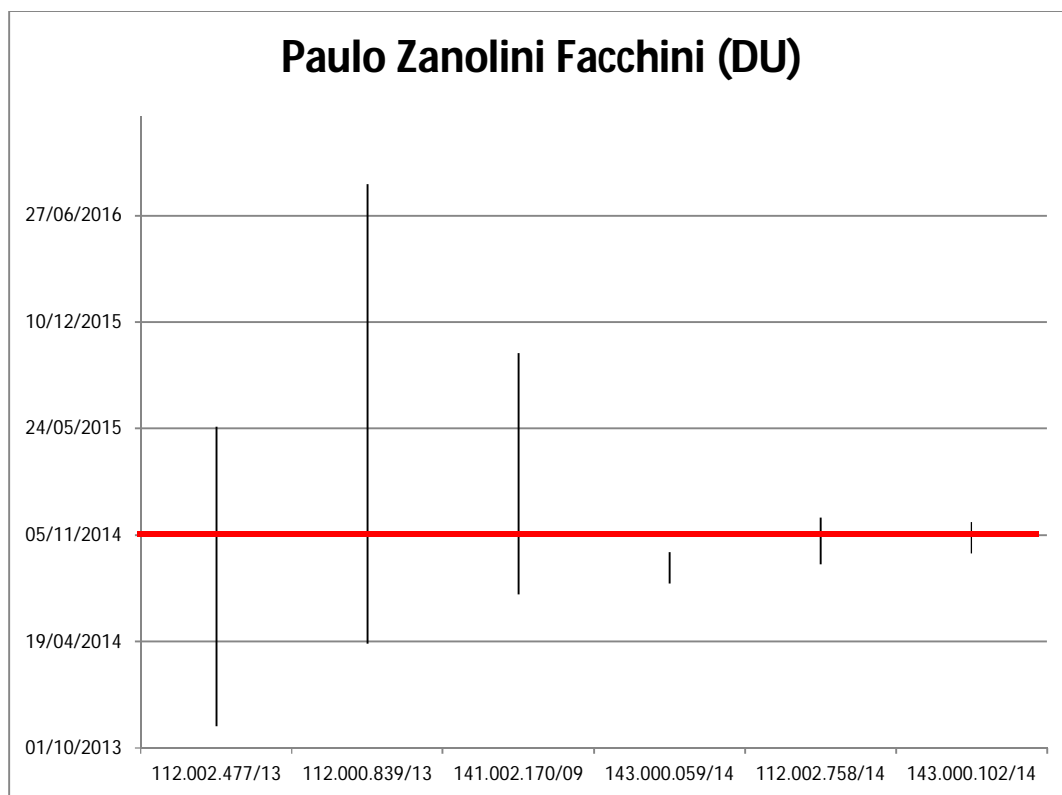


Gráfico 9 – Obras fiscalizadas concomitantemente pelo fiscal Paulo Zanolini Facchini (DU)

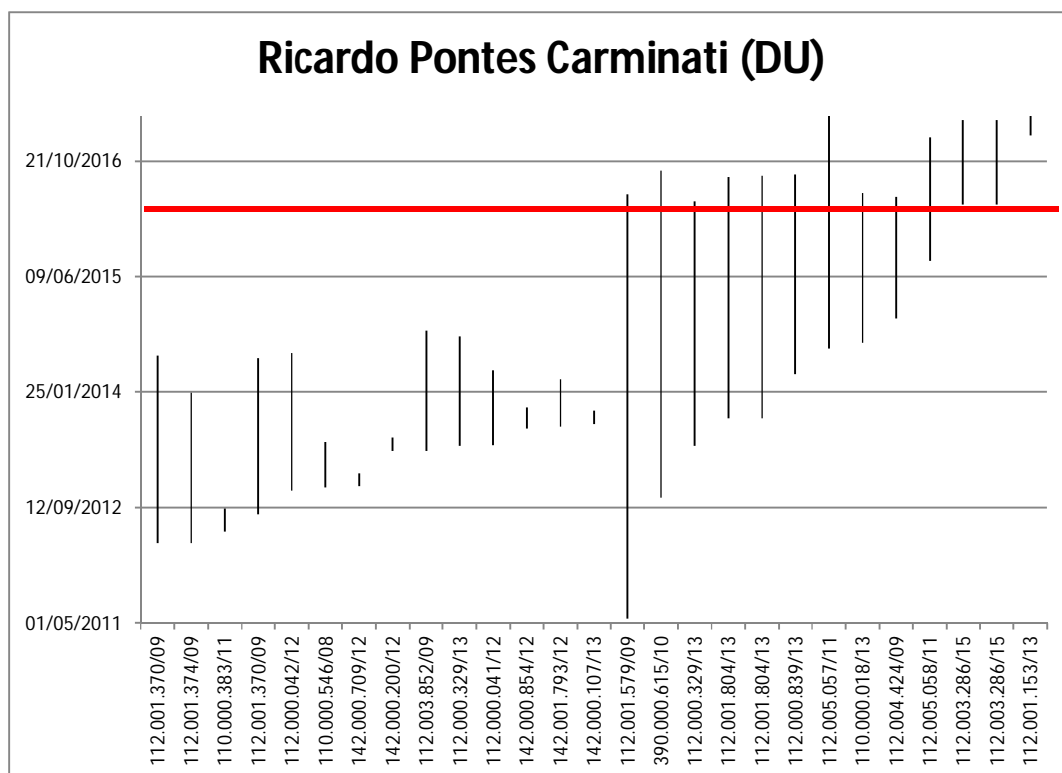


Gráfico 10 – Obras fiscalizadas concomitantemente pelo fiscal Ricardo Pontes Carminati (DU)



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE AUDITORIA
TERCEIRA DIVISÃO DE AUDITORIA

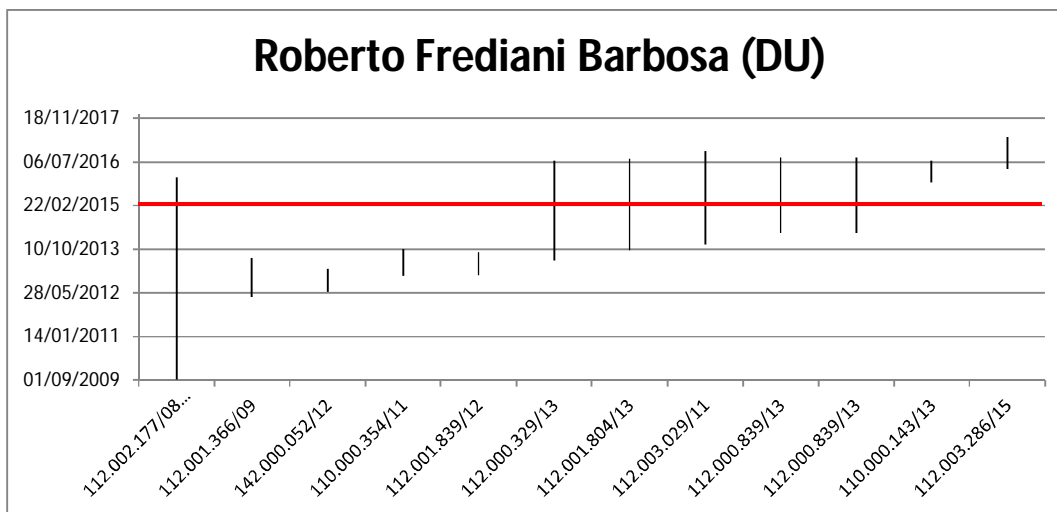


Gráfico 11 – Obras fiscalizadas concomitantemente pelo fiscal Roberto Frediani Barbosa (DU)

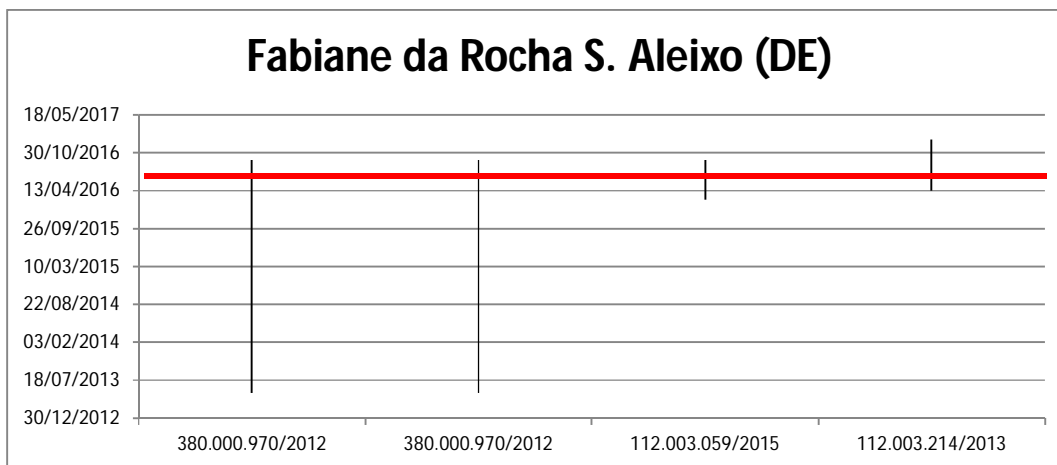


Gráfico 12 – Obras fiscalizadas concomitantemente pela fiscal Fabiane da Rocha S. Aleixo (DE)

85. Destaca-se que, dentre todas as falhas apontadas na fase de execução, a de mais fácil solução é a **correta designação dos fiscais**, conforme previsto nas normas de regência, uma vez que tal medida depende, exclusivamente, da atuação do Diretor em observar os requisitos necessários para nomeação, tais como o vínculo (em se tratando de obras com valor superior a R\$ 150 mil) e a quantidade de obras já sob responsabilidade de determinado fiscal.

86. Posto isso, era de se esperar que, após a ciência da Decisão desta Corte, tal situação não seria mais realidade na Companhia. Entretanto, não foi o cenário identificado por esta equipe, razão pela qual, para essas irregularidades, propõe-se a sanção dos Diretores responsáveis pelas nomeações irregulares, conforme Tabelas a seguir:



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE AUDITORIA
TERCEIRA DIVISÃO DE AUDITORIA

Tabela 27 – Diretores responsáveis pela designação de fiscais comissionados em obras acima de R\$ 150 mil

Diretor Responsável	Período de Gestão	Fiscal	Processo nº	Execução	
				Início	Fim
Márcio Augusto Roma Buzar Diretor de Edificações CPF: 407.412.813-68	04/02/2015 até a presente data	Carlos Alberto Meiçô	112.004.515/2009	27/07/2014	31/12/2016
		Augusto Sérgio Bueno Vieira	380.000.971/2012	20/03/2013	02/09/2016
			380.001.375/2013	04/07/2014	08/03/2016
			112.003.182/2013	08/08/2014	14/10/2016
			112.005.191/2014	27/01/2016	04/09/2016
		Fabiane da Rocha S. Aleixo	112.003.059/2015	25/02/2016	22/09/2016
			380.000.970/2012	14/05/2013	22/09/2016
			112.003.214/2013	14/04/2016	07/01/2017
		João Marcelo de Oliveira Pimenta	112.001.737/2013	15/07/2013	01/01/2016
			112.003.995/2015	16/02/2016	08/09/2017
		Luiz Gustavo Figueiredo Mendonça de Freitas	112.000.944/2016	25/04/2016	31/05/2017
		Manoel Inácio Ramil Pereira Júnior	112.000.761/2014	06/08/2014	22/09/2016
			112.003.312/2009	02/01/2013	03/11/2015
			112.003.061/2015	25/02/2016	22/09/2016
			112.003.824/2015	23/08/2016	13/03/2017
		Mauren Iara Nascimento de Almeida	112.003.140/2009	14/05/2013	22/09/2016
			110.000.413/2012	09/09/2013	01/02/2016
			135.000.977/2007	12/01/2016	22/09/2016
		Ricardo Luís Pinto Diniz	150.001.828/2013	24/09/2015	11/12/2017
			112.002.882/2015	05/10/2015	30/08/2016
			112.003.972/2015	31/03/2016	27/09/2016
		Rosângela Marx	112.001.735/2014	18/09/2014	26/10/2016
Daclimar Azevedo de Castro Diretor de Edificações CPF: 208.718.561-15	01/03/2012 a 05/01/2015	Carlos Alberto Meiçô	112.004.515/2009	27/07/2014	31/12/2016
		Augusto Sérgio Bueno Vieira	380.000.971/2012	20/03/2013	02/09/2016
			380.001.375/2013	04/07/2014	08/03/2016
			112.003.182/2013	08/08/2014	14/10/2016
			112.003.182/2013	08/08/2014	14/10/2016
		Fabiane da Rocha S. Aleixo	380.000.970/2012	14/05/2013	22/09/2016
		João Marcelo de Oliveira Pimenta	112.001.737/2013	15/07/2013	01/01/2016
			112.000.761/2014	06/08/2014	22/09/2016
		Manoel Inácio Ramil Pereira Júnior	112.003.312/2009	02/01/2013	03/11/2015
			112.003.140/2009	14/05/2013	22/09/2016
		Mauren Iara Nascimento de Almeida	110.000.413/2012	09/09/2013	01/02/2016
		Rosângela Marx	112.001.735/2014	18/09/2014	26/10/2016

Fonte: PT 04 (e-doc 59d46be5-e).



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE AUDITORIA
TERCEIRA DIVISÃO DE AUDITORIA

Tabela 28 – Diretores responsáveis pela designação de fiscais para mais de três obras concomitantemente

Diretor Responsável	Período de Gestão	Fiscal Designado
Antonio Raimundo S. Ribeiro Coimbra Diretor de Urbanização CPF: 028.538.332-91	19/01/2015 a 15/06/2016	André Luiz Oliveira Vaz
		José Augusto Fázio
		Antônio Carlos Chaves
		Erinaldo Pereira da Silva Sales
		Francisco Nogueira Porto
		Jesus Nery Castro
		Mário César Faustino Honório
		Paulo Roberto Costa Santana
		Ricardo Pontes Carminati
		Roberto Frediani Barbosa
Daclimar Azevedo de Castro Diretor de Urbanização CPF: 208.718.561-15	15/06/2016 até a presente data	André Luiz Oliveira Vaz
		José Augusto Fázio
		Antônio Carlos Chaves
		Erinaldo Pereira da Silva Sales
Erinaldo Pereira da Silva Sales Diretor de Urbanização CPF: 425.109.173-72	12/01/2013 a 25/02/2014	André Luiz Oliveira Vaz
		José Augusto Fázio
		Jesus Nery Castro
		Mário César Faustino Honório
		Paulo Roberto Costa Santana
		Ricardo Pontes Carminati
Giancarlo Ferreira Manfrim Diretor de Urbanização CPF: 814.983.066-91	25/02/2014 a 05/01/2015	Roberto Frediani Barbosa
		André Luiz Oliveira Vaz
		José Augusto Fázio
		Antônio Carlos Chaves
		Jesus Nery Castro
		Mário César Faustino Honório
		Paulo Roberto Costa Santana
		Paulo Zanolini Facchini
Márcio Augusto Roma Buzar Diretor de Edificações CPF: 407.412.813-68	04/02/2015 até a presente data	Ricardo Pontes Carminati
		Fabiane da Rocha S. Aleixo

Fonte: PT 04 (e-doc 59d46be5-e).



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE AUDITORIA
TERCEIRA DIVISÃO DE AUDITORIA

Tabela 29 – Matriz de Responsabilização

Irregularidade	Detalhamento
Designação de fiscal comissionado para obra com valor acima de R\$ 150 mil	<p>Descrição da irregularidade: designação de fiscal não ocupante de cargo de provimento efetivo ou empregados permanentes para fiscalizar obras cujo valor global exceda R\$ 150.000,00, atentando contra o disposto no § 10, art. 41 do Decreto Distrital nº 32.598/2010 e no item II.c da Decisão nº 4.064/2014 que determinou a observância do mencionado dispositivo.</p> <p>Período de Ocorrência, Responsáveis e Período no Cargo: vide Tabela 27.</p> <p>Prejuízo: não aplicável.</p> <p>Conduta do responsável: Atuação comissiva do gestor ao designar fiscal não ocupante de cargo de provimento efetivo ou empregados permanentes para fiscalizar obras cujo valor global exceda R\$ 150.000,00, associada à omissão ao deixar de substituir aqueles prévia e irregularmente designados por outros ocupantes do quadro permanente da Companhia.</p> <p>Nexo causal: A desídia do gestor acarretou a designação e/ou a não substituição dos fiscais não ocupantes de cargo de provimento efetivo ou empregados permanentes para a fiscalização de obras cujo valor global exceda a R\$ 150.000,00.</p>
Designação de fiscais para mais de 3 (três) obras concomitantemente	<p>Descrição da irregularidade: Não cumprimento do disposto no § 4º, art. 41 do Decreto Distrital nº 32.598/2010 e no item II.c da Decisão nº 4.064/2014 que determinou a observância do mencionado dispositivo, caracterizado pela: designação de fiscal para mais de 3 (três) obras concomitantemente, salvo situações excepcionais, devidamente justificadas pelo dirigente máximo do órgão ou entidade.</p> <p>Período de Ocorrência, Responsáveis e Período no Cargo: vide Tabela 28.</p> <p>Prejuízo: não aplicável.</p> <p>Conduta do responsável: Atuação comissiva do gestor ao designar fiscal para mais de 3 (três) obras concomitantemente, associada à omissão ao deixar de substituir aqueles prévia e irregularmente designados por outros em obediência ao limite estabelecido.</p> <p>Nexo causal: A desídia do gestor acarretou a designação e/ou a não substituição dos fiscais designados para mais de 3 (três) obras concomitantemente.</p>

Fonte: Elaboração própria.

Atribuição de Notas – fase de Execução

87. Assim como na auditoria de 2013, foi realizada a avaliação dos processos atribuindo-se valores, em cada fase (planejamento e fiscalização), aos itens de análise do checklist, conforme detalhado nos §§ 28 a 30 da metodologia. Para a fase de execução, **considerou-se apenas as obras concluídas**, em razão de restar prejudicados alguns itens de análise, conforme mencionado no § 30.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE AUDITORIA
TERCEIRA DIVISÃO DE AUDITORIA

Tabela 30 – Comparação das notas dos processos na fase de execução – situação 2013 x 2016

Fases	Situação 2013		Situação após Decisão 4.064/2014	
	DE	DU	DE	DU
Execução	4,1	5,6	3,93	4,87
Classificação	Ruim	Regular	Ruim	Ruim

Fonte: Relatório Final de Auditoria de 2013 (e-doc 65A6231B-c) e PT 10 (e-doc FB2EA6B9-e).

88. Considerando a classificação correspondente às notas alcançadas, tem-se a nota global da fase de execução:

Tabela 31 – Comparação da classificação dos processos na fase de execução – situação 2013 x 2016

Classificação	Nota	Execução	
		Situação 2013	Situação após Decisão 4.064/2014
Péssimo	0 - 2,9	11,9%	14%
Ruim	3 - 4,9	19,0%	43%
Regular	5 - 6,9	64,3%	43%
Bom	7 - 8,9	4,8%	0%
Ótimo	9 - 10,0	0,0%	0%

Fonte: Relatório Final de Auditoria de 2013 (e-doc 65A6231B-c) e PT 10 (e-doc FB2EA6B9-e).

89. Constata-se na Tabela anterior que o percentual das menções “Ruim” e “Péssimo” **quase dobrou** em relação à auditoria realizada em 2013, saindo de **30,9%** para **57%**. Além disso, **nenhum** dos processos foi enquadrado nas menções “Bom” ou “Ótimo”, demonstrando piora no quadro geral da fase de execução. Do mesmo modo, as notas atribuídas à fase de execução apresentaram leve redução.

2.3 Questão de Monitoramento 3 - Há cumprimento do item II.d da Decisão nº 4.064/2014 quanto ao aprimoramento do sistema de controle interno?

Não. Em que pese tenham sido observados esforços por parte da Companhia, os resultados insatisfatórios obtidos da análise da qualidade das fases de planejamento e execução leva a concluir que não surtiram o efeito esperado, em razão da falta de implementação de procedimentos de controle interno.

2.3.1 Decisão nº 4.064/2014, item II. d.

II – determinar à Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - Novacap que, por intermédio das Diretorias de Edificações, Urbanização e Obras Especiais, adote as medidas necessárias para:

d) aprimorar seu sistema de controle interno, com procedimentos que facilitem a identificação e correção das falhas, podendo se utilizar de checklists, tabela para controle de prazos, controle de qualidade (principalmente do projeto básico), melhoria na comunicação com órgãos ou entidades diretamente envolvidas com obras (CAESB, CEB, IPHAN, SEMARH, etc.), dentre outros.

Situação que levou à proposição da deliberação

90. As falhas identificadas, tanto na fase de planejamento quanto na de



execução, apresentam como causas, em sua maioria, deficiências graves de controle interno.

91. Por essa razão, foi incluída como determinação à Companhia a adoção de medidas que aprimorassem tais controles, como forma de combater as irregularidades observadas.

Providências adotadas e comentários dos gestores

92. Questionados³³ sobre quais medidas foram adotadas para promover o fortalecimento do controle interno, apresentaram³⁴ documentos internos que definem procedimentos, checklists e fluxogramas de elaboração de projetos e fiscalização de obras.

93. A Novacap destacou que os referidos procedimentos e normas foram estabelecidos no âmbito do Planejamento Estratégico Situacional da Novacap – 2015 e concluídos em julho de 2016, se encontrando em fase de aprovação pela Diretoria Colegiada.

94. No que tange à fase de planejamento, informou que os procedimentos e normas técnicas elaborados foram:

*Procedimento 05 - Implementação do **fluxo de trabalho "Elaboração de Projeto"** (...), para avaliação de sua efetividade pelas áreas técnicas das diretorias, estabelecendo prazo para o apontamento de melhorias ao mesmo;*

*Procedimento 06 - Implementação da **Cartilha de Procedimentos 01 – Projeto Básico**, que orienta a elaboração de projetos básicos de arquitetura e complementares de engenharia, (...) (grifo nosso)*

95. Acerca dos levantamentos e estudos técnicos preliminares, verificou-se o seguinte na Cartilha de Procedimentos 01 – Projeto Básico:

*3. Componentes do Projeto Básico
(...)*

***Estudos Técnicos Preliminares**, incluindo aqui a avaliação quanto a necessidade de elaboração de estudos de viabilidade, de impacto ambiental e de **impacto de vizinhança** ou trânsito; (...) (grifo nosso)*

96. Em que pese a elaboração da referida Cartilha e a definição do item referente aos estudos técnicos preliminares, verificou-se que cerca de **78%** dos processos avaliados apresentou algum tipo de inconsistência quanto a isso, conforme referenciado nos §§ 36 a 43 desse Relatório.

97. Do mesmo modo, constatou-se que não havia estudo de impacto de vizinhança em **100%** dos processos em que era necessário, ilustrado na Tabela 14 e nos §§ 42 e 43.

98. Menciona, ainda, de forma genérica, os elementos necessários e suficientes do projeto básico:

3.8. Projeto Básico

*Esta etapa destina-se a representação do **conjunto de informações técnicas necessárias** para a execução da obra, num **detalhamento***

³³ Nota de Auditoria nº 11 (PT 07, e-doc FF4A0B51-c).

³⁴ Ofício nº 2.117/2016 - GAB/PRES de 26/10/2016 (PT 07, e-doc 42F74469-c).



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE AUDITORIA
TERCEIRA DIVISÃO DE AUDITORIA

***suficiente** para o perfeito entendimento dos serviços e materiais a serem empregados no objeto de uma licitação, em todas suas atividades técnicas. O Projeto Básico deverá demonstrar e assegurar a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento, quando couber, e possibilitar a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos de execução.*

O Projeto Básico conterá os mesmos elementos gráficos do anteprojeto, bem como os itens descritos da Lei de Licitações e Contratos, com especial atenção para o fornecimento do orçamento detalhado da construção dos serviços e obras, fundamentado em quantitativos de serviços e fornecimentos perfeitamente especificados, e indicações necessárias a fixação dos prazos de execução, incluindo:

- *Caderno de Especificações;*
- *Orçamento;*
- *Planilha de custos e serviços;*
- *Composição de custos unitários;*
- *Cronograma físico-financeiro. (grifo nosso)*

99. Entretanto, verificou-se que **70%** dos processos avaliados não continham algum dos elementos necessários para a adequada caracterização do objeto, conforme se pode observar nos §§ 51 a 57.

100. Com relação à identificação do responsável pelo projeto básico, consta na Cartilha de Procedimentos 01 – Projeto Básico a seguinte regra:

*Todas as pranchas de desenho e demais peças **deverão possuir identificação** contendo: Denominação e local da obra; Nome da entidade executora; Tipo de projeto; Data; Nome do responsável técnico, número de registro no CREA e sua assinatura. (grifo nosso)*

101. Apesar disso, constatou-se que **25%** dos processos avaliados continham falhas na identificação dos responsáveis pelo projeto básico, consoante o § 59.

102. Quanto à comunicação com outros órgãos, a Novacap assim se manifestou:

*Quanto à melhoria na comunicação com órgãos ou entidades diretamente envolvidos com obras (CAESB, CEB, IPHAN, SEMARH, etc.) esta Diretoria esclarece que **não depende exclusivamente da Novacap** garantir um fluxo mais adequado de comunicação e resposta, sendo, portanto, necessário também que os demais órgãos se comprometam em adequar-se, aprimorando seus sistemas de consulta.*

(...)

*Entretanto, a título de conhecimento, já existe na Diretoria de Urbanização, quando da elaboração do projeto, realização de consulta a **algumas empresas de telefonia para verificação de interferências** por meio de notas de serviços. Existe também, consulta preliminar feita por empresas públicas e privadas para constatação da existência ou não de **interferências de redes de águas pluviais**. (grifo nosso)*

103. Ou seja, a Companhia afirma que não depende exclusivamente dela para melhorar a comunicação com os demais órgãos e entidades públicos, no entanto, não menciona quais medidas tem tomado como iniciativa para solucionar os problemas identificados na auditoria em 2013. Destaca-se, ainda, que em **53,33%** dos processos analisados neste monitoramento a comunicação foi insuficiente, conforme §§ 40 e 41.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE AUDITORIA
TERCEIRA DIVISÃO DE AUDITORIA

104. Logo, verifica-se que a mera instituição de uma cartilha de elaboração de projeto básico não é suficiente, de modo que é necessário que sejam implementados **manuals e fluxogramas** detalhados, bem como **checklists** ou quaisquer outros **instrumentos de controle de qualidade** dos projetos básicos, conforme determinação do TCDF.

105. Para a etapa de execução das obras, foi desenvolvido o documento intitulado **Normas de Fiscalização - Obras Públicas e Serviços** que:

(...) agrupa determinações legais, conceitos, instruções e orientações técnicas destinadas a subsidiar o Fiscal em suas atividades de acompanhamento e monitoramento, controle da qualidade e fiscalização, bem como padronizar e uniformizar os procedimentos de fiscalização de contratos de serviços e de obras na Novacap.

106. Tal documento trata, no que diz respeito à designação dos fiscais, da importância do cumprimento ao disposto no Decreto nº 32598/10:

item 5 – Compete à fiscalização:

*d. A designação dos fiscais deve atender o que prevê o Decreto nº 32.598, de 15 de dezembro de 2010, especialmente no que trata da **limitação quanto ao número de contratos por fiscal e ao valor do contrato**; (grifo nosso)*

(...)

item 7 – Designação do Fiscal:

*c. O Fiscal **deve ser empregado do quadro permanente** da empresa e ter a qualificação técnica condizente com a complexidade e especificidade do objeto contratado (Decreto no 32.753, de 04 de fevereiro de 2011);*

*d. O mesmo empregado poderá ser designado para a fiscalização e acompanhamento de **no máximo 3 (três) contratos**, salvo em situações excepcionais, devidamente justificado pelo Diretor da Área, não sendo vedada a designação de mais de um Fiscal para o mesmo contrato. (Decreto no 32.849, de 08 de abril de 2011); (grifo nosso)*

107. Em que pese disposição tão clara no normativo, a análise dos processos nesse acompanhamento demonstra que tal orientação não vem sendo implementada, conforme detalhado nos §§ 75 a 86 do presente Relatório.

108. Da mesma forma, é dada atenção à padronização e organização dos arquivos:

item 5 – Compete à fiscalização:

l. Manter um arquivo completo e atualizado de toda a documentação pertinente aos trabalhos, incluindo: Diário de obras; Correspondências; Relatórios; Certificados de ensaios e testes de materiais e serviços; Protótipos e catálogos de materiais e equipamentos aplicados nos serviços e obras;

item 9 – Diário de Obra (ou Livro de Ordem):

f. Ao final do contrato o Diário de Obras deverá ser arquivado no processo principal da obra.

109. Entretanto, destaca-se que em **100%** dos processos solicitados para análise, não foi apresentado a esta equipe de auditoria arquivo completo e organizado, na forma de um único conjunto de pastas, mesmo quando reiteradamente solicitados à Companhia.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE AUDITORIA
TERCEIRA DIVISÃO DE AUDITORIA

110. Em **nenhum** dos processos avaliados foi localizado Manual de Qualidade, ou relatório de acompanhamento, contrariando o previsto na Norma apresentada:

item 5 – Compete à fiscalização

n. Obter da Contratada o Manual de Qualidade ou equivalente contendo o Sistema de Gestão de Qualidade a ser aplicado no canteiro de obras e na execução dos serviços contratados e verificar a sua efetiva utilização;
(...)

ee. Remeter relatório de acompanhamento das obras ou serviços objeto do contrato ao Gestor do Contrato ou Chefe de Departamento Fiscal; (...)

111. Apenas **1 (um)** processo continha ata de reunião e em **57%** da amostra não foi localizado nenhum tipo de controle tecnológico:

item 5 – Compete à fiscalização

s. Promover reuniões periódicas no canteiro de serviço para análise e discussão sobre o andamento dos serviços e obras, esclarecimentos e providências necessárias ao cumprimento do contrato;
(...)

y. Solicitar a realização de testes, exames, ensaios e quaisquer provas necessárias ao controle de qualidade dos serviços e obras objeto do contrato; (...)

112. E em **40%** dos casos, não constava aprovação das plantas “as built”:

oo. Verificar e aprovar os desenhos “como construído” (as built) elaborados pela Contratada, registrando todas as modificações introduzidas no projeto original, de modo a documentar fielmente os serviços e obras efetivamente executados.

113. Para os processos avaliados que contavam com serviço de terraplanagem, não foram observados os levantamentos destacados a seguir:

item 7.5 – Topografia e Terraplanagem:

b. Em caso de haver serviços de terraplanagem, antes da sua execução, a Fiscalização deverá solicitar a Seção de Topografia da Novacap um levantamento prévio do terreno natural e outro, posterior a sua execução, para fins de aferição dos quantitativos previstos na planilha orçamentária da Obra; (...)

114. O documento apresenta, ainda, diversos modelos como anexos à Norma, tais como:

- Anexo I – Modelo de Diário de Obras;
- Anexo II - Modelo de Cronograma Físico-Financeiro;
- Anexo III - Lista de documentação necessária ao acompanhamento de contratos;
- Anexo IV - Documentação a ser apresentada pela Contratada quando da solicitação de pagamento.

115. Destaca-se que em nenhum dos processos analisados foram identificados tais checklists ou modelos, demonstrando que os procedimentos ainda não foram incorporados à rotina das Diretorias, nem mesmo nos processos de obra mais recentes, ainda em execução no ano de 2016.

116. No que tange a procedimentos de controle de prazos para o recebimento



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE AUDITORIA
TERCEIRA DIVISÃO DE AUDITORIA

definitivo de obras³⁵, constatou-se que a Companhia não possui mecanismos institucionais para tal fim. Nesse sentido, a Comissão Permanente de Recebimento de Obras e Serviços – CPROS/PRES assim se manifestou³⁶:

*(...) especificamente sobre "meios de controle de prazos entre Recebimento Provisório e Definitivo" informamos que esta Comissão de Recebimento de Obras e Serviços - CPROS/PRES **não tem controle sobre prazos anteriores** ao cadastramento dos processos nesta comissão para fins de Recebimento Definitivo da obra, só passando atuar a partir deste momento. (grifo nosso)*

117. Verifica-se que a referida Comissão é a única que atua no sentido de controlar o prazo para o recebimento definitivo de obra, entretanto, somente o faz a partir do recebimento do processo.

118. A CPROS/PRES informou que realiza os seguintes procedimentos após o recebimento dos processos, com vistas ao recebimento definitivo:

- *Análise da documentação relativa ao recolhimento de taxas incidente sobre o pessoal da obra, bem como, demais documentos técnicos necessários ao Recebimento Definitivo da obra;*
- *Vistoria da obra para verificar se a execução da mesma observou as especificações técnicas, planilhas e projetos e;*
- *Após análise e vistoria supracitada, a obra é recebida definitivamente ou, havendo pendências, o processo é devolvido a fiscalização para correções tanto de documentação quanto da obra, se for o caso.*

119. Foi informado também que a maioria dos atrasos no recebimento definitivo se deve à ausência de documentação obrigatória. Dessa maneira, a CPROS emitiu um Memorando³⁷ à Diretoria de Edificações no qual relacionou quais documentos devem ser juntados aos processos de obras e solicitou a ciência dos fiscais de obras da Novacap. Não foi encaminhada cópia de documento similar que tenha sido enviado à Diretoria de Urbanização.

120. A CPROS realizou um levantamento que demonstra o alto percentual de obras com problemas no recebimento definitivo, resultando em atrasos, relativos ao período desde o início de 2014 a novembro de 2016, conforme se pode observar na Tabela abaixo.

Tabela 32 – Quantidade de processos com atraso no recebimento definitivo

Exercício	Processos recebidos na CPROS	Obras não recebidas	%
2014	164	88	54%
2015	134	48	36%
2016	96	60	63%
TOTAL	394	196	50%

Fonte: Ofício nº 2.214/2016 - GAB/PRES (PT 07, e-doc 9E4E4C18-c).

³⁵ Até 90 dias após o recebimento provisório, conforme Lei nº 8.666/93, art. 73, § 3º.

³⁶ Ofício nº 2.214/2016 - GAB/PRES de 08/11/2016 (PT 07, e-doc 9E4E4C18-c).

³⁷ Memorando nº 002/2013-CPROS/PRES de 21/02/13, cópia anexa ao Ofício nº 2.214/2016 - GAB/PRES (PT 07, e-doc 9E4E4C18-c).



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE AUDITORIA
TERCEIRA DIVISÃO DE AUDITORIA

121. Desse modo, a mera elaboração de uma norma, sem sua efetiva implementação, não se faz suficiente ao atendimento da determinação desta Corte no que se refere ao fortalecimento dos controles internos e melhoria da qualidade da fiscalização, bem como a ausência de um controle institucional do prazo de recebimento definitivo de obras demonstra fragilidade, evidenciada no alto percentual de obras não recebidas.

Análise

122. Não obstante esforços tenham sido observados, destaca-se a inércia da Diretoria Colegiada em proceder à aprovação dos procedimentos e normas elaborados. Adicionalmente, os normativos relativos à fase de planejamento carecem de detalhamento de modo a estabelecer procedimentos de forma precisa.

123. Desta forma, em virtude de os documentos elaborados ainda não serem oficiais e de aplicação obrigatória, sua efetiva implementação resta prejudicada. Salienta-se que os resultados obtidos da análise da qualidade das fases de planejamento e execução corroboram que os procedimentos e normativos não vem sendo utilizados.

124. Posto isso, verifica-se o descumprimento do item II.d da Decisão 4.064/2014.

3 Benefícios alcançados com a atuação do Tribunal

125. Verificou-se que a Decisão 4.064/2014 impeliu a Novacap a iniciar um processo de elaboração de procedimentos e normativos como forma de aprimorar os controles internos referentes ao planejamento e à execução de obras, conforme se pode observar em trecho da manifestação da Companhia³⁸:

Informamos que, em atendimento ao item II.d da Decisão TCDF nº 4064/2014, a NOVACAP, através da Diretoria de Edificações e da Diretoria de Urbanização, vem ensejando esforços no sentido de otimizar seus processos internos e assegurar maior qualidade aos produtos por ela executados. (grifo nosso)

126. Isso também pode ser observado em outro trecho do referido documento:

*(...) foi construído pela Diretoria de Edificações - DE o Programa para Padronização de Documentos Técnicos, **motivado parcialmente pela Decisão nº 4064/2014** e que é parte integrante dos trabalhos do Programa de Metas e Resultados 2016. (grifo nosso)*

127. Destaca-se que esses procedimentos e normativos foram analisados no tópico anterior desse Relatório. Ressalta-se que apesar de terem sido elaborados, ainda carecem de aprovação pela Diretoria Colegiada, conforme mencionado no §§ 93, bem como aqueles referentes à fase de planejamento necessitam de maior detalhamento, de modo a definir o processo de elaboração de projeto básico de modo preciso.

128. Assim, após a atuação do Tribunal, já é possível perceber esforços da Companhia no sentido de normatizar e padronizar os procedimentos referentes ao planejamento e à execução de obras.

³⁸ Ofício nº 2.117/2016 - GAB/PRES de 26/10/2016 (PT 07, e-doc 42F74469-c).



4 Conclusão

129. O presente monitoramento observou, em relação ao item II.a da Decisão nº 4.064/2014 que trata da fase de planejamento das obras na Novacap, reincidência das irregularidades identificadas na auditoria de 2013, com significativa piora no quadro geral.

130. O percentual dos processos analisados enquadrado nas menções “Regular” a “Ótimo” foi reduzido em cerca de **10%**, enquanto o de “Ruim” e “Péssimo” **mais que dobrou** em relação à auditoria realizada em 2013.

131. Quanto ao item II.b, referente à etapa de fiscalização de obras, constataram-se as mesmas irregularidades identificadas na auditoria de 2013, com evolução negativa do cenário. O percentual das menções “Ruim” e “Péssimo” **praticamente dobrou**, ao passo que **nenhum** dos processos foi enquadrado como “Bom” ou “Ótimo”.

132. Ademais, assim como em 2013, identificaram-se fiscais responsáveis por mais de 3 obras, além daqueles não ocupantes de cargo efetivo responsáveis por obras acima de R\$ 150 mil, descumprindo o determinado no item II.c da referida Decisão.

133. Destaca-se que, dentre todas as falhas apontadas na fase de execução, a de mais fácil solução é a **correta designação dos fiscais**, uma vez que tal medida depende, exclusivamente, da atuação do Diretor, razão pela qual propõe-se a sanção dos responsáveis.

134. Por fim, quanto ao II.d, acerca do aprimoramento do sistema de controle interno, não obstante tenham sido observados esforços por parte da Companhia, os resultados insatisfatórios obtidos da análise da qualidade das fases de planejamento e execução leva a concluir que não surtiram o efeito esperado, em razão da falta de implementação dos procedimentos.

135. Desse modo, conclui-se pelo descumprimento aos itens II.a, II.b, II.c e II.d da Decisão nº 4.064/2014, conforme ilustrado na Tabela a seguir:

Tabela 33 – Resumo do primeiro monitoramento da Decisão nº 4.064/2014

Situação	Cumprida	Parcialmente cumprida	Não cumprida	Total
Itens da Decisão monitorada	-	-	II.a, II.b, II.c e II.d	
Quantidade	0	0	4	4
Percentual	0%	0%	100%	100%

Fonte: Elaboração própria.

136. No que diz respeito à **Representação n.º 5/2016 – DA**, mencionada nos §§ 8 e 9, constatou-se que **55%** dos processos analisados tiveram os projetos básicos produzidos por empresas contratadas. Além disso, observou-se que **não** existe, atualmente, metodologia definida e clara para a sua elaboração pela Novacap. Espera-se que, com a implementação dos procedimentos e normas em elaboração pela Companhia, abordados na Questão de Monitoramento nº 3, isso venha a ser observado em um próximo monitoramento.



5 Proposições

137. Ante o exposto, sugere-se ao Plenário:
- I) tomar conhecimento:
 - a) do presente Relatório de Monitoramento;
 - b) dos documentos eletrônicos acostados aos autos;
 - II) considerar não atendidas as deliberações constantes dos itens II.a, II.b, II.c e II.d da Decisão nº 4.064/2014;
 - III) informar ao Diretor-Presidente da Novacap que 100% das deliberações constantes da Decisão nº 4.064/2014 ainda não foram implementadas;
 - IV) reiterar à Novacap as determinações indicadas na Decisão nº 4.064/2014, itens II.a, II.b, II.c e II.d;
 - V) determinar à Novacap que:
 - a) no que tange ao aprimoramento do sistema de controle interno, à padronização e ao controle de qualidade das atividades relacionadas ao planejamento das licitações (principalmente dos projetos básicos) e à fiscalização da execução contratual, proceda à revisão dos procedimentos e normas em elaboração, observando a necessidade de inserir a descrição detalhada e integral dos elementos necessários, bem como promova sua imediata aprovação e efetiva implementação pelas unidades técnicas, com vistas ao pleno atendimento do item II.d da Decisão nº 4.064/2014;
 - b) no prazo de 60 dias, elabore e encaminhe a este Tribunal Plano de Ação em que aponte as medidas a serem tomadas para que sejam integralmente implementadas as determinações constantes dos itens II.a, II.b, II.c e II.d da Decisão nº 4.064/2014, contendo cronograma completo de ações, bem como a sequência de procedimentos que serão executados, constando prazo e a unidade/setor responsável pela implementação, conforme modelo apresentado no Anexo I deste Relatório;
 - VI) autorizar:
 - a) a audiência dos responsáveis indicados nas Tabelas 27 e 28 deste relatório com fundamento no art. 43, II, da Lei Complementar nº 01/1994, e/ou art. 182, §5º, da Resolução nº 38/1990, para que apresentem, no prazo de 30 (trinta) dias, razões de justificativa pela designação irregular de fiscais, cujas irregularidades estão descritas na Tabela 29, tendo em vista a possibilidade de aplicação da sanção prevista no art. 57, § 1º da LC nº 01/94 c/c art. 182, inciso VIII, do RI-TCDF;
 - b) o envio de cópias do presente Relatório de Auditoria, do Relatório/Voto do Relator e da Decisão que vier a ser proferida



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE AUDITORIA
TERCEIRA DIVISÃO DE AUDITORIA

- à Novacap;
- c) a continuidade do monitoramento das ações realizadas pela Novacap, com objetivo de atingir o pleno atendimento às deliberações desta Corte; e
 - d) o retorno dos autos à Secretaria de Auditoria para as providências pertinentes.

Brasília-DF, 11 de novembro de 2016.

Cinthia Thomazi
ACE – 1421-3

David da Silva de Araújo
ACE – 1570-9

Senhor Secretário,
Pondo-me de acordo com o Relatório, submeto os
presentes autos à consideração de Vossa Senhoria.

Brasília-DF, 11 de novembro de 2016.

Péricles José Póvoa Júnior
Diretor da DIAUD 3



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE AUDITORIA
TERCEIRA DIVISÃO DE AUDITORIA

ANEXO I - PLANO DE AÇÃO

Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – Novacap

Determinações do TCDF	Medidas a serem adotadas para cumprimento das proposições* (Ações)	Data prevista para a implementação* (dd/mm/aaaa)	Unidade/Setor responsável pela implementação*
II.a - sanar as falhas apontadas nos procedimentos de elaboração/aprovação dos Projetos Básicos das obras sob sua responsabilidade, com a finalidade de evitar novas ocorrências, notadamente quanto aos seguintes aspectos: I – levantamentos e estudos técnicos preliminares insuficientes ou inadequados; II – projeto Básico desatualizado; III – ausência de elementos necessários e suficientes para adequada caracterização do objeto; IV – ausência de identificação do responsável pelo Projeto Básico (achado 01)	1)		
	2)		
	...		
II.b - regularizar as falhas detectadas, bem como evitar novas ocorrências ligadas à fiscalização das obras sob sua responsabilidade, notadamente quanto aos seguintes aspectos: I – Inexistência de Manual de Qualidade e raras Reuniões Periódicas; II – Falta de Padronização e Organização dos Arquivos; III – Ausência de Diário de Obra; IV – Inexistência de Controle Tecnológico (testes, ensaios e exames); V – Ausência de Termos de Recebimentos Provisórios e Definitivos; VI – Ausência de Planta de Cadastro (as built) (achado 02);	1)		
	2)		
	...		
II.c - nas indicações dos futuros fiscais, utilize as exigências atribuídas aos executores de contrato constantes no art. 41 do Decreto nº 32.598/10 (achado 02);	1)		
	2)		
	...		
II.d - Aprimorar seu sistema de controle interno, com procedimentos que facilitem a identificação e correção das falhas, podendo se utilizar de checklists, tabela para controle de prazos, controle de qualidade (principalmente do projeto básico), melhoria na comunicação com órgãos ou entidades diretamente envolvidas com obras (CAESB, CEB, IPHAN, SEMARH, etc.), dentre outros.	1)		
	2)		
	...		

*Campos a serem preenchidos pelo jurisdicionado.